



# JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira  
Mensal | nº 306 | junho 2021 | 0,50 Euros

# Exigimos o fim do bloqueio negocial

**Conselho Nacional define linhas  
de ação reivindicativa**

*Págs. 9 a 12*

**TELETRABALHO:  
Alerta da CGTP-IN à opinião pública**

*Págs. 16 e 12*



# sumário

## 13

**Escola+ exige  
–alunos nas turmas  
e +respeito pelos  
professores**



## 16

**Teletrabalho**  
Um debate fundamental,  
um alerta da CGTP-IL  
à opinião pública



**Governo aposta na precariedade:  
rejuvenescimento fica, de novo,**



## 18



### **Professores assumem os seus deveres**

Termina mais um ano letivo que foi muito exigente para todos/as, incluindo, naturalmente, professores e professoras. O primeiro período coincidiu com a mais violenta vaga, até agora, de Covid-19 em Portugal, tendo entrado em mais de três mil escolas; o segundo período foi marcado pelo recurso, de novo, ao ensino remoto; no terceiro, o esforço para recuperar o possível do que ficara para trás foi extraordinário. Os professores responderam com enorme profissionalismo, como é seu timbre, face uma situação que continua a ser estranhíssima e penalizadora para a Educação. •



### **Professores veem desrespeitados os seus direitos**

Carreira desvirtuada pelos roubos de tempo de serviço, pelas quotas da avaliação, pelas vagas na progressão, pelas ultrapassagens, pelas discriminações existentes entre regiões do mesmo país; precariedade vivida ao longo de cerca de duas décadas de atividade profissional; horários de trabalho que violam os limites que a lei estabelece; envelhecimento cada vez maior dos profissionais sem solução à vista, chame-se pré-reforma ou aposentação; formações sobre formações e reuniões em cima de reuniões, que ocupam horas de descanso e de vida familiar. Soluções não há porque diálogo e negociação foram bloqueados pelo ME. Assim não pode ser! •

### **10. SETORES**

Ensino Particular e Cooperativo: mesmo em condições difíceis, a luta é o caminho

### **11. SETORES**

Ensino Superior e Investigação: 3 prioridades na ação sindical

### **14. ABRIL, SEMPRE**

Nos 46 anos, 46 escolas por Abril  
Mural por Abril em Peniche  
ROGÉRIO RIBEIRO

### **20. IMPRESSÕES**

Manuel Heitor, Ministro do Não Assuntoo  
PEDRO OLIVEIRA

### **24. NACIONAL**

Os trabalhadores da Administração Pública são essenciais à construção de um País democrático, desenvolvido e moderno!

DULCE PINHEIRO

### **28. SETORES**

Carta ao Ministro da Educação:  
Professores do 1.º Ciclo reclamam respeito  
LUÍS LOBO

### **29. SAÚDE**

FENPROF não deixa esquecer:  
Ainda há professores para vacinar!  
NÉVIA VITORINO

### **36. INTERNACIONAL**

Palestina: Não nos vamos calar  
HENRIQUE BORGES



**FICHA TÉCNICA:** Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.loblo@sprc.pt | Conselho de Redação: Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Micaelo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Névia Vitorino (FENPROF), Rogério Ribeiro (SPN), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



# editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

## Democracia amputada

O bloqueio negocial imposto pelo Ministério da Educação (ME) é estratégia do governo para o setor. Tal estratégia, que tem por executor o ministro para a Educação, é irresponsável, pois tem como consequência o arrastamento de problemas que afetam os docentes nos seus direitos e condições de trabalho, as escolas na sua organização e funcionamento e o futuro de uma profissão que é insubstituível, apesar das proclamações de alguns pregadores. Esse bloqueio expressa-se na ausência de reuniões, nas quais, por via de um diálogo aberto e sem preconceitos, fosse possível identificar os problemas e equacionar soluções, estendendo-se à recusa de qualquer processo negocial que as vise estabelecer.

A pandemia tem sido trincheira na qual os governantes se têm escondido para não assumirem todas as suas responsabilidades, designadamente quando se trata de respeitar os direitos de quem trabalha; na Educação não tem sido diferente. Para reforçar as linhas defensivas, recorrem à estatística que, como o atual Secretário-Geral da ONU afirmava quando era Primeiro-Ministro de Portugal, são a melhor forma de desvirtuar a realidade... o exemplo era o da galinha comida por duas pessoas. O último trunfo estatístico do ME é a média nacional de 8,7 alunos por professor, como se, ao abrir a porta da sala de aula, mais um ou menos outro, essa fosse a norma ou, até, a média, permitindo o distanciamento de segurança que a pandemia impõe.

Já em relação a outras médias, como, por exemplo, a necessidade de atingir 16 anos de serviço (mais de 20 de trabalho) para ingressar num quadro, o que acontece já perto dos 50 anos, também em média, ou a média de idade dos docentes em Portugal que já atingiu os 50 anos. Nenhum

destes problemas é novo e Portugal já teve de responder perante instâncias europeias devido ao abuso no recurso à precariedade e também a OCDE alertava, em 2019, para o envelhecimento dos professores em Portugal, problema que só na Bulgária, Estónia, Lituânia e Geórgia era mais grave.

O recurso à via negocial é fundamental para melhorar as condições de trabalho (por exemplo, eliminando abusos e ilegalidades que fazem disparar os horários de 35 para mais de 46 horas semanais) e valorizar a profissão docente, por via da recomposição da carreira (recuperação do tempo de serviço, eliminação das vagas de progressão e das quotas de avaliação ou resolução do problema das ultrapassagens), da promoção de estabilidade de emprego e profissional ou da aposentação dos mais velhos abrindo a profissão aos jovens e restituindo-lhe atratividade.

Das poucas vezes em que os responsáveis do ME admitiram reuniões, delas nada resultou: em 16 de junho, p.p., reuniram para recolherem as posições sindicais sobre o Plano Escola+ 21/23 que, no dia seguinte, era aprovado pelo conselho de ministros sem a alteração de uma vírgula; em 2 de fevereiro e 16 de abril realizaram-se reuniões ditas negociais, para alguns ajustes legislativos indispensáveis devido às limitações impostas pela pandemia, porém, nenhum dos contributos sindicais foi incluído, uma vez que os “sábios”, segundo parece, residem todos na esquina da Infante Santo com a 24 de Julho.

Da parte do ministro, a presença em reuniões na atual legislatura aconteceu há ano e meio e para informar que, consigo, a democracia seria a sua: quisessem os sindicatos aderir à sua agenda e teriam uma autoestrada de oportunidades; insistissem na agenda que é a dos professores e bem podiam escavar que o beco não tinha saída.

Este bloqueio ao diálogo e à negociação, que o ministro nega no Parlamento e esconde nos fóruns internacionais, é a negação da própria democracia. Em democracia, os sindicatos – goste-se ou não deles – são parceiros insubstituíveis, a negociação e, em geral, o diálogo social são práticas comuns e os trabalhadores são respeitados nos seus direitos. O que acontece na Educação em Portugal, imposto pelo ministro e pela sua equipa é, efetivamente, uma grave amputação da democracia. ●

“  
A pandemia tem sido trincheira na qual os governantes se têm escondido para não assumirem todas as suas responsabilidades, designadamente quando se trata de respeitar os direitos de quem trabalha; na Educação não tem sido diferente

M.E. insiste no bloqueio negocial e na estagnação da resolução de problemas

## FENPROF não desiste de organizar os professores na luta pela sua profissão



O M.E. está mais interessado em criar a imagem de que promove o diálogo social do que em negociar soluções para os problemas. A confirmá-lo estão os últimos contactos estabelecidos com responsáveis da Educação (exceto o ministro). A FENPROF tem manifestado a sua inteira disponibilidade para o diálogo e a negociação, tendo, já por diversas vezes, entregue propostas negociais, nos exatos termos que a lei determina, ou seja, dentro dos prazos e fundamentando as suas propostas, fazendo a avaliação da situação e associando sempre medidas a tomar, a partir das quais deveriam desenvolver-se processos negociais entre as partes (M.E. e FENPROF).

O Ministério da Educação tem-se recusado a abrir processos de negociação, nos termos estabelecidos na lei, sobre os projetos/propostas fundamentadas que em 8 outubro de 2020 (há mais de 6 meses) foram apresentados pela FENPROF. Estas propostas já tinham sido entregues em 2 de março de 2020 e foram-no, novamente, em 7 de janeiro e em 16 de abril de 2021.

Nesta última data, a FENPROF transmitiu que é exigência dos professores a abertura de negociações em relação aos seguintes assuntos:

- Fim dos cortes salariais que já acabaram para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública, os quais resultam de vagas que impedem, artificialmente, a progressão, do tempo de serviço que continua por recuperar ou, ainda, das ultrapassagens de docentes com maior antiguidade;

- A melhoria das condições de trabalho e a regularização dos horários;

- A aposentação, através da negociação de um regime específico que tenha em conta o desgaste físico e psíquico dos profissionais e, de imediato, o direito de aceder à pré-reforma, fundamentais para o rejuvenescimento da profissão;

- A aprovação de medidas que ponham cobro à precariedade e a aprovação de novas e mais justas regras de concursos.

A FENPROF, tendo em conta a estagnação da resolução dos problemas socioprofissionais dos docentes, tem desencadeado uma ação persistente em várias frentes, relevando, a este nível, a intervenção junto dos grupos parlamentares e a Assembleia da República, bem como a luta reivindicativa que nunca deixou de fazer. Nesta edição do Jornal da FENPROF, publicamos breves sínteses das resoluções aprovadas nas quatro quintas-feiras de maio, junto ao conselho de ministros, onde, de uma forma criativa, se mediatizou o bloqueio negocial e os problemas centrais sobre os quatro grupos de questões acima discriminados.

### Avaliação do Desempenho

As propostas em discussão no passado dia 16 de abril, com a Secretária de Estado Inês Ramires, redundaram, apenas, na inevitabilidade do prolongamento dos prazos para a avaliação do desempenho dos professores que estão abrangidos pelo regime especial de progressão no acesso aos 5.º e 7.º escalões e da realização de ações de formação contínua – por força das dificuldades

decorrentes da pandemia. A FENPROF, para além de ter entregado o seu parecer sobre proposta do ME, voltou a afirmar a necessidade de uma outra postura do governo em relação a docentes que estão impedidos de progredir, apesar de a sua avaliação ser positiva e de cumprirem com zelo os seus deveres profissionais. Situação que, para além de ser de uma enorme injustiça, agrava as perdas de tempo de serviço e anula quaisquer perspectivas de desenvolvimento profissional para muitos milhares de professores.

A FENPROF, mais uma vez, defendeu a revisão do regime de avaliação do desempenho por ser um regime que não valoriza a profissão, antes a penaliza.

### Recuperação das aprendizagens

Nesta reunião, a FENPROF também apresentou e entregou uma primeira proposta relativamente à recuperação das aprendizagens, reafirmando a necessidade de criação de condições orientadas para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Demarcou-se, assim, de outras “ideias” que visam desqualificar o exercício da profissão docente com recurso a pessoas sem habilitação ou sobrecarregando um tempo fundamental para a saúde mental de alunos e professores – as suas férias.

A recuperação das aprendizagens tem de ser feita de forma estruturada e assentar no projeto educativo do agrupamento / escola e no trabalho de professores qualificados. •



# Tornar justos os concursos, eliminar a precariedade

MANUEL MICAEL (Departamento de Informação e Comunicação)

**E**m todas as 5<sup>as</sup> feiras de maio, sindicatos da FENPROF, com exceção óbvia dos Açores (SPRA), Madeira (SPM) e Estrangeiro (SPE), concentraram-se junto ao local onde se realizasse a presidência do conselho de ministros. Objetivo: continuar a pressionar o Ministério da Educação para que inicie as urgentes negociações que respondam aos graves problemas que atravessam a Educação e a carreira docente.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) iniciou esta campanha contra o bloqueio negocial, no dia 6 de maio, concentrando-se junto ao Centro Cultural de Belém. Tornar justos os concursos e eliminar a precariedade era o lema da concentração.

Da Resolução aprovada e entregue ao governo, exigia-se:

- Que se consagre um regime dinâmico de vinculação dos docentes contratados a termo, garantindo que, ao atingirem três anos de serviço prestado em escolas públicas, os docentes vinculem.

- A consideração dos horários incompletos na colocação de docentes no âmbito da Mobilidade Interna e que seja dada a possibilidade a todos os candidatos ao Concurso Externo de se manterem em concurso para Contratação Inicial e Reserva de Recrutamento, caso não obtenham vaga em lugar de quadro.

- Que a dotação de vagas nos quadros corresponda, efetivamente, às reais necessidades das escolas e do sistema (...) instrumento fundamental para uma gestão séria dos recursos docentes no sistema educativo, para a estabilização do corpo docente e para o combate à enorme precariedade laboral que continua a ser mantida na profissão docente.

- Rever o regime de concursos, conferindo-lhe justiça, o que passa, entre outros aspetos, por respeitar o princípio da graduação profissional em todas as fases do concurso (...)

Vários professores usaram da palavra dando testemunho do drama pessoal vivido com a precariedade. Destacamos aqui parte da intervenção de Sílvia Timóteo,



6 maio

bem demonstrativa do que milhares de docentes sofreram e continuam a sofrer: (...) ” Já não sou contratada, no entanto fui-o durante 20 anos, duas longas décadas, e por isso não esqueci, não posso nunca esquecer e nunca esquecerei as injustiças e a situação precária a que os sucessivos governos e ministros da Educação têm, ao longo de décadas submetido os docentes contratados deste país.”

“Vinculei, finalmente, em 2017, com 44 anos de idade, através de um concurso de vinculação extraordinário. Porque nesse tempo os critérios exigidos pela norma-travão exigiam 5 anos consecutivos de horários completos e no mesmo grupo de recrutamento, algo difícil de conciliar apesar de contar muitos anos de serviço na escola pública”.

E concluiu afirmando: “É possível e é urgente acabar com a precariedade docente em nome da justiça e da defesa de uma escola pública de qualidade. Haja vontade política e, acima de tudo, haja união nesta luta que é de todos nós. De todos os professores! •

“ Tornar justos os concursos e eliminar a precariedade foi o lema da concentração realizada em 6 de maio





13 maio



## Por um regime específico de aposentação justo e adequado

MANUEL NOBRE (membro do SN da FENPROF)

Inserida num conjunto de ações destinadas a quebrar o bloqueio negocial imposto pelo Governo, a FENPROF promoveu no passado dia 13 de maio uma concentração, junto ao Conselho de Ministros, para reivindicar um regime específico de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão e pelo rejuvenescimento do corpo docente.

Dinamizada pelo SPZS, a iniciativa contou com a presença de muitos professores e educadores que desta forma deram dimensão a esta reivindicação, a qual toca a praticamente todos os docentes, sejam eles mais jovens ou mais desgastados. Nesta ação participou ainda o artista Diogo Duro que realizou uma animação de rua em torno da aposentação dos docentes, Paulo Colaço, músico e tocador de viola campaniça que apresentou um repertório tradicional do cancionário alentejano, "os Maios", bonecos em tamanho real, feitos artesanalmente pela população algarvia, acompanhados de versos com crítica social, também o "jogo da glória da aposentação" que permitiu a participação de todos os presentes, e que tinha como objetivo constatar que a chegada à aposentação não é igual para todos, por motivos variados - ultrapassagens, bloqueios, quotas, entre outros. Por fim foi distribuída uma caixa do remédio para a aposentação, o "aposentax 36", que contém um rol de "indicações terapêuticas" para qualquer

professor que pretenda antecipar a idade de aposentação.

Foi aprovada uma resolução, que foi entregue na presidência do Conselho de Ministros, a abordar o envelhecimento do corpo docente em Portugal e a exigir a negociação de um regime excecional de aposentação, justo e adequado às especificidades da profissão docente, reivindicação que a FENPROF há muito assume.

Na atual legislatura, a FENPROF já entregou ao governo, por mais de uma vez, propostas fundamentadas para a abertura de processo negocial de acordo com a legislação em vigor, no entanto o governo insiste em ignorar, de forma deliberada, os procedimentos legalmente previstos para a negociação coletiva (artigo 351º da LTFP), recusando negociar esta e outras matérias com os sindicatos. O Governo impõe um bloqueio negocial que atenta contra a lei e os princípios democráticos, desvaloriza a intervenção sindical e, assim, desrespeita os docentes e as suas justas aspirações.

Toda esta iniciativa procurou, uma vez mais, chamar à atenção do Governo para a urgência da negociação de um regime excecional de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente, adotando, desde já, medidas transitórias e, simultaneamente, permitindo aos docentes o acesso ao regime de pré-reforma, tal como foi compromisso assumido por alguns

governantes, e que nunca foi cumprido.

Nesse sentido, a deliberação foi aprovada por unanimidade, constando da mesma as seguintes exigências:

1. A aprovação de um regime específico de aposentação dos docentes;
2. A aposentação voluntária, sem penalização por idade, dos docentes com 40 anos de serviço e de descontos;
3. A aplicação do regime de pré-reforma aos docentes;
4. A consideração do tempo de serviço não contabilizado para carreira para efeito de despenalização da aposentação antecipada. •





20 maio

# Horários e Condições de Trabalho: é tempo de agir

CATARINA OLIVEIRA (Departamento de Informação e Comunicação)



O processo de negociação é uma das mais importantes, e faladas, tarefas de um sindicato enquanto organização composta por trabalhadores e representativa dos seus interesses e dos da sua classe profissional. E como é que funciona? Só funciona se for como um diálogo. Neste momento não funciona porque uns falam, apresentam propostas, e os outros ignoram.

Foi este o mote para a iniciativa organizada pelo SPRC, no dia 20 de maio, sobre os graves problemas relativos aos horários e condições de trabalho dos professores. Por cada proposta apresentada e ignorada foi-se construindo o muro do bloqueio negocial. Como se deita o muro abaixo? Como se viu, com luta. É preciso que os professores se unam, demonstrem na rua o seu descontentamento e, desta forma, ajudem os seus sindicatos a ter a força necessária para conseguir obrigar a tutela a ouvir e a atender as justas reivindicações dos professores. Melhores condições de trabalho, melhor escola.

Os professores sempre souberam estar à altura dos desafios que foram e vão surgindo. Merecem mais respeito. Assim, os professores exigem:

- A diminuição da componente letiva e o respeito rigoroso pelo tempo de trabalho individual;
- A bonificação horária do serviço prestado após as 19 horas;
- A consideração do carácter letivo de todas as atividades diretas com os alunos;

- A redução da componente letiva para o exercício de todos os cargos de natureza pedagógica;

- A limitação do número de tempos letivos diários;

- A restrição do número de disciplinas, níveis, programas e turmas atribuíveis a cada docente;

- O desdobramento de turmas, nas disciplinas de línguas estrangeiras ou com componente laboratorial ou oficial;

- A assunção, de forma séria, como tarefas da componente não letiva de estabelecimento, todas as que implicam a permanência na escola e a realização de formação contínua;

- A revisão do mecanismo de redução da componente letiva por idade e tempo de serviço;

- A redução do número de crianças ou alunos por turma;

- O respeito por rácios de docentes da educação especial;

- A criação de equipas multidisciplinares nas escolas e agrupamentos;

- A colocação de auxiliares de ação educativa em número suficiente;

- A melhoria das condições e recursos materiais dos estabelecimentos de educação e ensino;

- A constituição de comissões de saúde e segurança no trabalho nas escolas e agrupamentos;

- O respeito pelas determinações relativas ao teletrabalho;

- A redução das tarefas burocráticas. É tempo de agir e de exigir respeito! •





# Professores exigem respeito pela carreira docente

ROGÉRIO RIBEIRO (Departamento de Informação e Comunicação)



“Caras e Caros Colegas,  
Estimados Bonecos,

Vou agora chamar ao palco oito professores anônimos, oito professores cansados, com muitos anos de serviço, tantos e tantos anos sem reflexo na carreira. Professores que nos vão trazer, daqui a pouco, testemunhos do que nos traz aqui hoje – A Carreira e a Avaliação de Desempenho.”

Foi desta forma, após a primeira atuação do grupo musical “Arriba o Monte”, que o apresentador deu início a mais uma ação integrada na ação “Maio, Mês de Luta: Agir para Mudar” que, ao longo das quatro quintas feiras deste mês, aconteceram frente ao local onde se realizou o respetivo Conselho de Ministros (desta vez, foi no Palácio Nacional da Ajuda).

Falar para os bonecos, porquê? O apresentador explica: “Temos apresentado propostas, mas, vez após vez, deixam-nos a falar para o boneco. Já que assim é, hoje, vamos mesmo falar para os bonecos. E falaremos o tempo que for necessário falar. Não é a orelha mouca de quem ouve, mas a razão certa de quem fala o que importa”.

Perante uma plateia constituída por educadores, professores e alguns bonecos, ao longo da manhã desfilaram no palco vários docentes que deram conta da sua situação profissional e testemunharam que ao fim de tantos anos de serviço se encontram,

uns com a carreira congelada, outros com a carreira aldrabada, e outros tantos com a carreira roubada, encravada ou injustiçada. Ora, todos estes (e outros) problemas que estão por resolver derivam de um problema maior: o bloqueio negocial. Um bloqueio imposto pelo governo e pelo ME.

Na realidade, a carreira docente encontra-se, hoje, completamente pervertida e desvalorizada, desde logo, pela não contagem de 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço cumprir. Depois, pelo atraso na progressão aos 5.º e 7.º escalões de milhares de docentes que, por força de vagas decididas administrativamente (vagas essas que, este ano, já deveriam ter sido publicadas em janeiro). E, ainda, pelas ultrapassagens que resultam de regimes de transição entre estruturas de carreira, penalizando os educadores e professores com mais tempo de serviço na profissão. Isto para além do regime de avaliação de desempenho em vigor que, entre outros aspetos, devido à existência de quotas, gera tremendas injustiças entre os docentes.

No final da iniciativa, uma delegação de educadores e professores presentes entregou na Presidência do Conselho de Ministros a resolução aprovada e um ofício dirigido ao Primeiro-Ministro a solicitar uma reunião com o próprio, destinada a expor o que se passa na área da Educação, uma situação marcada



por um prolongado e intolerável bloqueio ao que deveria ser um relacionamento institucional de matriz democrática.

A FENPROF tem propostas para recompor a carreira, de forma faseada, e já as entregou, mais de uma vez, no ME, cujos responsáveis optaram por não lhes dar qualquer atenção. No entanto, a Federação não desiste e irá prosseguir a luta pela recomposição da carreira e pela sua consequente revalorização. ●



## Conselho Nacional da FENPROF define linhas de ação reivindicativa



O Conselho Nacional da FENPROF esteve reunido nos dias 28 e 29 de maio, em Lisboa, no auditório da Escola Secundária de Camões, para aprovar o Relatório de Atividades e as Contas da Federação relativas ao ano de 2020, bem como para analisar a situação político-sindical e definir a ação reivindicativa da FENPROF para o ano de 2021. Face à situação atual de bloqueio à negociação, imposto pelo Ministério da Educação, o órgão máximo da Federação entre Congressos aprovou uma Resolução que contemplou uma ampla campanha de trabalho nas escolas, ao longo do mês de junho, com a realização de reuniões, plenários e outro tipo de contactos diretos com os docentes, reorganizando os núcleos sindicais, criando condições para a eleição de delegados, informando, debatendo e decidindo o prosseguimento da ação e da luta reivindicativas, pelo fim do bloqueio negocial na Educação e pela resolução dos problemas que afetam os professores e as escolas. Nestas páginas abordamos alguns dos pontos essenciais do documento aprovado pelos conselheiros nacionais, sublinhando desde já que se encontra em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt) a sua versão integral. ●

## Um Ministério que foge ao diálogo, uma Federação sindical que prossegue a mobilização e a luta!

**O Ministério de Tiago Brandão Rodrigues tem recusado sistematicamente abrir qualquer processo de diálogo ou de negociação sobre os principais dossiês que a FENPROF apresentou como prioritários:**

- Melhoria das condições de trabalho
  - Recomposição da carreira docente
  - Revisão do regime de concursos
  - Combate à precariedade,
  - Regime específico de aposentação,
  - Criação de condições que garantam atratividade à profissão docente,
  - Organização do ano letivo,
  - Saúde e segurança no local de trabalho, incluindo segurança sanitária...
- ...entre outros aspetos que são objeto de negociação coletiva.

Da parte da FENPROF, como confirmou o Conselho Nacional, não haverá hesitações. A mobilização dos professores, a luta, a ação, o protesto estão na ordem do dia!



# Ensino Particular e Cooperativo: mesmo em condições difíceis, a **LUTA** é o caminho

Apesar de, no setor privado, a falta de democracia se sentir de forma ainda mais forte, dificultando a liberdade sindical, a FENPROF não desistirá de propor, exigir e lutar e continuará a:

- 1 Mobilizar** os professores para iniciativas e ações que, em cada momento, se considerem adequadas;
- 2 Recorrer** a todos os expedientes legais e a estabelecer todos os contactos institucionais, visando pressionar a CNEF a negociar condições para os docentes do EPC semelhantes às dos professores e educadores das escolas públicas;
- 3 Apoiar** os Sindicatos de Professores a prosseguirem os contactos indispensáveis, com o objetivo de celebrar acordos de empresa que prevejam soluções mais favoráveis aos trabalhadores do que as que estão estabelecidas no CCT assinado pela FNE/UGT e outras organizações;
- 4** Continuará a **pugnar** pela melhoria das condições remuneratórias e de trabalho dos docentes do setor social, designadamente das IPSS e Misericórdias.



## Ensino Superior e Investigação:

# 3 prioridades na ação sindical

- 1 Convergir** na ação com outras organizações, como aconteceu no âmbito do PREVPAP ou, recentemente, com a ABIC, sempre que se torne necessário denunciar a falta de respostas que constituam soluções sólidas e positivas ou a gravidade de problemas, como o da precariedade ou o bloqueamento das carreiras, bem como a exigir soluções justas, para as quais a FENPROF contribuirá com a apresentação de propostas;
- 2 Privilegiar** todas as vias de diálogo, mas reiterando a necessidade de este ser consequente, isto é, dar lugar à abertura de processos negociais efetivos, não se transformando em aparentes e ilusórios momentos de negociação;
- 3 Prosseguir** com a realização de plenários com docentes e investigadores, centrados em problemas concretos, desde logo o da precariedade que continua a afetar fortemente este setor.



## Feira dos Problemas Com Soluções Bloqueadas



25 junho  
Lisboa, Rossio,  
13h30

*Pelo fim do bloqueio  
negocial na educação*



**Iniciativa decidida pelo Conselho Nacional, foi anunciada para 25 de junho, na Praça do Rossio, em Lisboa, a "Feira dos problemas com soluções bloqueadas". Com esta ação, a FENPROF pretende com o denunciar no espaço público a falta de soluções para os problemas que afetam os professores: da precariedade laboral e dos concursos à aposentação e rejuvenescimento, passando pelos horários e condições de trabalho, carreira e outras matérias. Infelizmente, o país não tem Ministério da Educação; o Governo optou por um Ministério do Bloqueio Negocial...**

## Próximas ações

**A** FENPROF e os seus Sindicatos prosseguirão ativos na reflexão e na reivindicação, contribuindo para esse objetivo a concretização de iniciativas, como:

- Prosseguimento do conjunto de ações que visam dar combate efetivo à precariedade, quer no plano geral, quer dos docentes das escolas de ensino artístico, que, depois de recusada a resolução do problema pelo governo, viram, agora, o PS, na Assembleia da República, inviabilizar toda e qualquer solução de vinculação;

- Realização dos seguintes debates, em sistema Webinar: "Debates de PRR" versando os temas i) 13 de outubro - Ambiente, Clima e Defesa do Planeta e ii) 27 de outubro - Pode a Escola ser digitalizada?; "Debate Solidário" sobre a situação dos povos palestino e saharauí (8 de julho).

- Promoção de espaços de debate, reflexão e organização da ação e da luta, a concretizar no primeiro período do ano letivo 2021-2022: Encontro Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em 22 de outubro; Encontro Nacional da Educação Pré-Escolar; Encontro Nacional de Docentes do Ensino Artístico Especializado;

- Realização da 3.ª Conferência Nacional de Professores Aposentados no primeiro trimestre de 2022;

- Organização de uma Mostra de estratégias e atividades das escolas no âmbito da inclusão e de outros domínios, em parceria com a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

### Reuniões com grupos parlamentares

O Conselho Nacional decidiu solicitar reuniões a todos os grupos parlamentares, no final do mês de junho, com vista a apresentar o balanço que a FENPROF faz do ano letivo que termina e as propostas que tem para a organização do próximo e também reuniões ao Primeiro-Ministro e à Ministra de Estado e da Presidência para expor o problema do bloqueio negocial e suas consequências, e exigindo do Governo uma atitude dialogante e aberta à negociação na Educação, com vista à solução das várias questões que afetam a vida dos professores. •



# Escola+ exige -alunos nas turmas e +respeito pelos professores

**FENPROF apresentou ao ME posição sobre o Plano Escola+ 21/23. Na reunião, FENPROF, protestou, de novo, contra bloqueio negocial e reclamou soluções para os problemas dos professores**

**A** FENPROF reuniu hoje, através de plataforma digital, com responsáveis do Ministério da Educação, no caso, os secretários de estado da área da Educação, para apresentar a sua posição face ao Plano Escola+ 21/23 (vulgarmente designado por plano de recuperação de aprendizagens)

Na posição apresentada pela FENPROF, foi destacado que, face às profundas desigualdades sociais e educacionais evidenciadas, e agudizadas, pela Covid-19 e ao reconhecimento do papel insubstituível da escola e dos professores, este é o momento de repensar o sistema educativo, para que a Escola possa assumir-se como um fator decisivo de inclusão e cumprir a sua importante missão. Isso passa por um programa ambicioso e por um investimento consistente na educação pública.

Neste contexto, a FENPROF considerou o Plano apresentado pelo governo insuficiente e dececionante. Desde logo, por estarem ausentes medidas de fundo para um problema que não é conjuntural, nem foi criado pela pandemia e por nele não constarem medidas defendidas não apenas pela FENPROF, como, também, pelas escolas em documentos enviados ao ME, de que são exemplo: a não redução do número de alunos por turma; a falta de medidas que visem aliviar os docentes do sobretabalho a que estão sujeitos, boa parte burocrático; o aumento das coadjuvações; o reforço dos docentes de Intervenção Precoce; a aprovação de medidas específicas para o 1.º ciclo (por exemplo, turmas de um só ano de escolaridade)...

A FENPROF considerou, ainda, que, neste Plano, abundam referências genéricas e redondas, cujo alcance não é possível avaliar. Falta uma clara identificação dos problemas, falta a definição de prioridades – no imediato e a médio prazo, falta um compromisso efetivo com a afetação de recursos necessária à sua concretização. E falta também uma aposta clara na autonomia das escolas e dos professores, que obrigaria a rever o atual regime de autonomia e gestão das escolas. A este propósito, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação manifestou disponibilidade para realizar uma reunião que tenha a autonomia como tema central.

Na reunião que se realizou hoje, a FENPROF sublinhou a importância de muitas das estratégias e medidas propostas pelo Conselho Nacional da Educação em resolução recentemente aprovada, nomeadamente as relativas às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, e recursos e apoios especializados, assim como à criação de equipas multidisciplinares, que incluam diversos profissionais especializados (psicólogos, licenciados em Ciências da Educação, técnicos de serviço social, animadores sociais, entre outros), de forma a que se possa atuar em duas frentes: aprendizagens essenciais e estruturantes e bem-estar emocional das crianças e dos jovens.

Apresentada a posição da FENPROF sobre o plano, a delegação sindical presente aproveitou para reclamar o bloqueio negocial imposto pelo Ministério da Educação relativamente a todas as matérias que dizem respeito aos docentes, seja ao nível dos seus direitos socioprofissionais, seja das suas condições de trabalho. Foram dados

exemplos concretos de procedimentos e/ou omissões dos responsáveis do Ministério da Educação que desrespeitam os preceitos legais sobre negociação coletiva.

Identificando as áreas que deverão ser prioritariamente consideradas – carreira docente, aposentação e consequente rejuvenescimento da profissão, concursos e combate à precariedade ou condições de trabalho, em particular os horários e o número de alunos por turma –, a FENPROF dirigiu um ofício ao ministro, que se manteve ausente, em que afirma não ser tolerável os professores continuarem a ser ignorados e desrespeitados pela tutela e pelo governo, e os responsáveis do ME continuarem a bloquear toda e qualquer via de diálogo e negociação que vise encontrar soluções para os problemas.

A FENPROF considerou necessário realizar, ainda este ano letivo, uma reunião de natureza política, na qual se calendarizem processos negociais relativamente aos quais, já por quatro vezes, entregou propostas concretas e devidamente fundamentadas. O bloqueio negocial e a falta de soluções para problemas que afetam tão fortemente os professores e educadores, levou a FENPROF a marcar uma jornada de luta, sob a forma de “Feira dos problemas com soluções bloqueadas”, no próximo dia 25 de junho, em Lisboa. ●





## Nos 46 anos, 46 escolas por Abril Mural por Abril em Peniche

ROGÉRIO RIBEIRO (Dep. de Informação e Comunicação)

Em 2020, 46 anos depois da Revolução de 25 de abril de 1974 e da libertação dos últimos presos políticos mantidos na Cadeia do Forte de Peniche (27 de abril de 1974), os alunos de 46 escolas e jardins-de-infância produziram os 46 painéis de azulejos que compõem este projeto. Para que não voltemos a viver sem liberdade e democracia. Esta iniciativa foi promovida pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF), com o apoio do Município de Peniche e da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, em parceria com o CENCAL (Caldas da Rainha), a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) e a Associação 25 de Abril. A inauguração aconteceu em 25 de Abril de 2021. Um ano depois, devido à pandemia por Covid-19. ●



<https://web.fenprof.pt/mural-por-abril>





### ANA SIMÕES

(membro do SN da FENPROF)

**A** FENPROF organizou um Ciclo de Debates constituído por 8 debates com diversos temas, atuais e de necessária discussão entre os docentes (democracia nas escolas, municipalização da educação, acesso ao ensino superior, rejuvenescimento e aposentação da classe docente, inclusão, novas experiências pedagógicas, bullying, língua portuguesa).

Um Ciclo de Debates com periodicidade quinzenal de 27 de janeiro a 5 de maio, envolvendo os 7 Sindicatos que constituem a FENPROF (SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA, SPE), 8 moderadores e 22 oradores.

Num ano de pandemia, utilizaram-se os meios tecnológicos para permitir a participação de todos os sócios dos Sindicatos da FENPROF, independentemente do local, região ou país em que se encontrassem. Participaram docentes que lecionam em Portugal continental, regiões autónomas e em outros países do mundo, como por exemplo em Timor.

A média dos inscritos foi de 910, o que nos obrigou a encerrar as inscrições pouco tempo depois da divulgação destes debates.

A avaliação dos debates foi muito positiva, sempre acima dos 90%, sendo superior a 95% em metade dos debates.

Os participantes propuseram, para próximos debates, temas como: currícula, exames e escola; mediadores de conflitos entre escola e famílias; história do sindicalismo e luta sindical no século XXI.

Com base nos 8 debates promovidos pela FENPROF, o Centro de Formação José Salvado Sampaio certificou, junto

do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), um curso de formação de 28 horas para a componente geral da Avaliação do Desempenho dos docentes. 432 docentes solicitaram esta certificação.

Em 2022, a FENPROF pretende organizar um novo Ciclo de Debates, online, possibilitando a participação de todos os docentes e com temas que continuam a exigir a reflexão coletiva para uma abordagem pedagógica mais consciente e informada.

#### Debate “Rejuvenescer a profissão, dignificando a aposentação”, dia 10 de março

Os oradores referiram a importância da escolaridade no nível de produtividade de cada trabalhador, o envelhecimento da atual classe docente é comprovado com o elevado número de atestados médicos (mais de 60%) - mais de 54 mil – solicitados à ADSE, no ano de 2019 e a legislação não cumprida sobre os serviços de saúde ocupacional nas escolas.

#### Debate “Inclusão, Direitos Humanos e Cidadania”, dia 24 de março

A Educação é um direito básico e a escola é para todos os cidadãos, logo tem de ser inclusiva, sendo esta uma responsabilidade social de todos. Inclusão como direito humano. Educação como atividade humana, com humanos para o bem da Humanidade.

#### Debate “Novas experiências pedagógicas para o aluno do século XXI”, dia 7 de abril

A experiência partilhada numa escola da Ribeira Brava, nos anos 70 do século passado, confrontou-nos com as práticas educativas e pedagógicas ainda utilizadas atualmente que não se coadunam com a realidade existente fora da escola e na vida dos alunos.

#### Debate “Bullying: Ameaça, poder e violência entre pares”, dia 21 de abril

O bullying e o cyberbullying são atos de violência direta (física e verbal), indireto (rumores) ou virtual e que envolvem a vítima, o agressor, a vítima/agressor e os observadores. A escola deve criar e valorizar uma cultura de intolerância à violência.

#### Debate “Política de divulgação da Língua Portuguesa/Português, Língua de herança/estrangeira ou Língua Portuguesa não materna”, dia 5 de maio

Foi no dia Mundial da Língua Portuguesa que refletimos sobre o ensino da língua e da cultura portuguesa em vários países do mundo, onde se valoriza a internacionalização da nossa língua. ●



#### Vinculação dos docentes de técnicas especiais da António Arroio e Soares dos Reis

### A importância da luta!

Para o desenlace deste assunto foi de capital importância a movimentação e a luta dos colegas de técnicas especiais contratados naquelas escolas. O processo tem sido acompanhado, naturalmente, pela FENPROF e pelos seus sindicatos, mas contar com a participação dos implicados conferiu-lhe uma dinâmica que não seria alcançada de outra forma.

Em maio, a Assembleia da República acabou por aprovar dois projetos de lei que determinam a abertura de processos de vinculação daqueles colegas contratados. Depois de rejeitados in extremis na 8.ª Comissão, os partidos que os apresentaram (PCP e BE) requereram a avocação pelo Plenário das suas votações na especialidade. Os projetos viriam a ser aprovados, aguardando agora a fusão e a publicação na forma de lei!

Facto saliente é o PS ter estado contra em todas as votações. Mesmo numa matéria que envolve um escasso número de professores contratados para os quais a legislação não prevê qualquer mecanismo de vinculação, eficaz ou não, a posição continua a suscitar a pergunta: O que moverá o governo e o PS contra os professores? ●

Um debate fundamental,  
um alerta da CGTP-IN  
à opinião pública

# Teletrabalho

"O teletrabalho constitui mais uma forma de flexibilização das relações de trabalho, a adicionar às outras que também encontram expressão legal, tais como dos vínculos, do tempo de trabalho, funcional, retributiva, geográfica..." O alerta é dado pela CGTP-IN numa esclarecida tomada de posição divulgada recentemente pelo Departamento do Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento (Andreia Araújo). Tal como relativamente às restantes formas de flexibilidade, que visam a descaracterização da relação de trabalho, a Central defende a criação de condições que impeçam a sua generalização, mantendo o teletrabalho no domínio das formas de organização do trabalho de carácter excepcional. É fundamental desmontar a ideia de que o trabalhador é quem tem mais vantagens nesta forma de prestação do trabalho e que o teletrabalho não comporta efeitos nocivos – mesmo que a longo prazo – na saúde e vida do trabalhador, realça a Inter.

**P**ara a CGTP-IN, qualquer que seja o modo de regulação do teletrabalho, através da legislação ou contratação coletiva, os elementos cuja defesa deve ser considerada primordial, são os seguintes:

- **Exigência de acordo escrito** entre empregador e trabalhador como condição de validade e eficácia, e não apenas como

meio de prova como estabelece o Código do Trabalho atualmente. Sem acordo escrito, a consequência jurídica, para o ato de determinação da prestação em teletrabalho, deve ser a nulidade;

- **Princípio da reversibilidade a todo o tempo**, no sentido em que o trabalhador que haja sido indicado para prestar a sua atividade em teletrabalho, possa, em qualquer

momento e a todo o tempo, denunciar o acordo celebrado e dessa forma, retornar ao seu posto de trabalho físico, nunca podendo o empregador utilizar a justificação de desmantelamento do mesmo, como modo de oposição à denúncia; A reversibilidade deve constituir um direito potestativo do trabalhador;

- **Teletrabalho com duração limitada no tempo**, devendo, a lei ou a contratação coletiva, determinar a duração máxima da prestação nesses termos e o número máximo de renovações, sendo inadmissível que, em qualquer caso, o teletrabalho se possa eternizar.

- **Princípio segundo o qual as normas legais do teletrabalho apenas podem ser reguladas em sentido mais favorável para o trabalhador**, tornando o regime legal ou convencional que possa ser adotado, em regime de condições mínimas, abaixo das quais não se pode negociar, nem coletiva, nem individualmente;

- **Obrigatoriedade do ressarcimento pecuniário do trabalhador em situação de teletrabalho**, através do estabelecimento de uma prestação compensatória, um subsídio ou uma ajuda de custo, suscetível de ressarcir o trabalhador do custo acrescido que, de forma objetiva, tem de realizar, sem que a receção dessa prestação pecuniária esteja





## Proteger os direitos dos trabalhadores, combater o isolamento sócio-profissional

dependente de qualquer necessidade de comprovação de realização as despesas;

- **Igualdade de tratamento em situação de teletrabalho e em regime presencial**, nomeadamente garantindo que o trabalhador não tem prejuízo material ou imaterial com o facto de estar em teletrabalho, e que essa situação não se reflita num tratamento desigual, entre outras formas, seja através da transferência de custos para a esfera do trabalhador, que constituem enriquecimento sem causa e sobrecarregam a remuneração do trabalhador, seja através do acesso à informação, seja em matéria de SST e reparação e acidentes de trabalho;

- **Garantir o exercício dos direitos sindicais**, nomeadamente, permitindo a deslocação do trabalhador às reuniões presenciais, pagando o tempo despendido para o efeito, possibilitando o exercício da atividade sindical presencial e à distância, utilizando, para o efeito, os meios informáticos fornecidos pela entidade patronal e facultando um espaço on-line para a divulgação da informação sindical, tornando-a acessível e visível a todos os trabalhadores, em teletrabalho ou em regime presencial;

- **Previsão de que todo o equipamento e consumíveis de trabalho são fornecidos, instalados e mantidos por conta da entidade patronal**, garantindo que o trabalhador não é sobrecarregado, monetária, temporal e logisticamente, no que respeita à instalação, funcionamento, manutenção dos equipamentos, das redes e no desenvolvimento da atividade laboral (material de escritório, material de higiene, tempo despendido na manutenção, reabastecimento e instalação, deve tudo correr por conta da entidade patronal);

- **O acesso à habitação do trabalhador apenas pode ser realizado com a sua anuência**, seja a ACT, seja a entidade patronal, serviços de SST ou outros, ninguém pode aceder à habitação do trabalhador sem a sua anuência, protegendo a tranquilidade e inviolabilidade do seu lar, a reserva de intimidade da vida privada, a sua privacidade e a dos seus coabitantes, os seus dados pessoais, a inviolabilidade da sua propriedade e a sua integridade, garantindo que a

habitação do trabalhador e da sua família não se torna uma extensão da empresa ao serviço da entidade patronal;

- **Garantir condições de SST e de reparação contra acidentes de trabalho**, partindo do princípio de que o trabalhador continua a usufruir de condições de prevenção, nomeadamente em matéria ergonómica, psicossocial, e que o teletrabalho, pelo isolamento que provoca e pela sobrecarga que significa para o trabalhador e para a sua família, invadindo o espaço de todos e cada um, constitui uma forma mais onerosa e com maior risco psicossocial, devendo por isso prever-se a adaptação dos exames médicos e das condições de SST aplicáveis, tal como deve adaptar-se o regime de reparação, de forma a estender o conceito de local de trabalho, à habitação do trabalhador

- **Introduzir a obrigatoriedade de prestar formação profissional em matéria de prevenção e acidentes e doenças profissionais**, proporcionando a aquisição de competências, pelo trabalhador, que lhe possibilitem uma melhor adequação do seu espaço de trabalho às exigências legais em matéria de SST, sem que tal implique uma desresponsabilização da entidade patronal na avaliação de riscos e na tomada e aplicação das necessárias medidas de prevenção, sejam elas procedimentais, organizacionais ou tecnológicas. •



Como sublinha a CGTP-IN é necessário impedir que a **regulação do tempo de trabalho em situação de teletrabalho não seja aproveitada para introduzir variáveis que invocando o direito a desligar fragilizem o conceito de horário de trabalho e o efetivo respeito pelos seus limites, regulando períodos de conexão que vão para além do período normal de trabalho, abrindo a porta a que, a pretexto do fornecimento de equipamentos e tecnologias de comunicação, o trabalhador seja obrigado a manter-se alerta e em atividade mesmo fora do seu horário de trabalho.** •



## Digitalização e Economia Verde Consequências para quem trabalha

Realizou-se no passado dia 27 de maio de 2021, no auditório da CGTP-IN, em Lisboa e, simultaneamente, por videoconferência, o Seminário "Digitalização e Economia Verde – Consequências para quem trabalha".

Inserido nas atividades do Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social, esta iniciativa foi um espaço de reflexão em torno de uma temática, que, por vezes, anda distante das discussões no meio sindical.

As mudanças climáticas que estão a ocorrer em todo o mundo. Também em Portugal exigem dos trabalhadores e das suas organizações de classe uma atenção redobrada, defendendo o trabalho com direitos, o ambiente e a natureza. Para além das várias estruturas da CGTP-IN presentes e intervenientes, registaram-se os contributos do Dr. Filipe Duarte Santos (Presidente do CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável); de Catarina Morais, do Gabinete de Estudos da CGTP-IN e da Secretária-Geral, Isabel Camarinha.

### Jovens na luta

"A juventude tem assumido a dianteira na intensificação da luta nos locais de trabalho. Os jovens têm rejeitado a inevitabilidade que nos querem impor e têm engrossado as fileiras juntos com os seus camaradas na luta pelo aumento geral dos salários, o fim da precariedade, a conquista de direitos, a defesa da negociação e contratação coletiva e a sua efetivação", destaca a InterJovem/CGTP-IN numa saudação dirigida recentemente a todos os jovens trabalhadores do país. A juventude tem demonstrado uma grande combatividade e unidade, tendo muitos deles participado em plenários e aderido a ações de luta, nomeadamente a greve, pela primeira vez, sublinha a organização juvenil da Central. •

## Concursos de professores confirmam: Governo aposta na precariedade; rejuvenescimento fica, de novo,



O perfil dos candidatos que irão vincular em 1 de setembro não altera o que se passou nos anos anteriores: a sua média de idades está a 4 anos dos 50. A média de tempo de serviço prestado por estes docentes supera os 16 anos.

Em breve sairão as listas definitivas dos concursos interno (transferência de lugar) e externo (acesso aos quadros / vinculação). Sendo o rejuvenescimento do corpo docente uma necessidade premente, o perfil dos candidatos a ingressar nos quadros confirma que o facto de os docentes não terem acesso à pré-reforma, conforme compromisso que o governo ainda não concretizou, nem a um regime específico de aposentação que permita, de imediato, que se aposentem

aqueles que já completaram 40 anos de serviço e descontos, continuam a impedir a entrada de docentes mais jovens nos quadros de escola/agrupamento e de zona pedagógica.

A comprovar o abuso do Ministério da Educação no recurso à contratação a termo, temos o facto de mais de 24 000 docentes dos que continuarão em situação de precariedade terem mais de 3 anos de serviço; com mais de 5 anos, o número é superior a 20 000, dos quais 11 351 já ultrapassaram os 10 anos e quase 5 000 os 15 anos de trabalho precário. Há 1931 candidatos com 20 ou mais anos de serviço.

Voltando aos que irão vincular, note-se que o grande grupo está acima dos 40 anos de idade, sendo mais de meio milhar os que

já têm mais de 50. Desses, dezasseis até já passaram os 65 anos quando o novo ano letivo começar, ano em que, a serem colocados, terão um vínculo precário que, eventualmente, os acompanhará até à aposentação. Não se pode aceitar que estas sejam as condições em que, na profissão docente, se pode deixar de ser contratado a prazo!

Eis os números, de acordo com as listas provisórias. Tendo em conta que houve 1538 candidaturas, estes números poderão ter ligeiros ajustamentos, mas nada que altere significativamente a estatística ou resolva o grave problema do envelhecimento do corpo docente das escolas. ●

Protesto junto ao Ministério das Finanças



## Docentes e investigadores assinalam 4º aniversário da candidatura ao PREVPAP

Algumas dezenas de docentes e investigadores concentraram-se no passado dia 18/06 em frente ao Ministério das Finanças para assinalarem o 4º aniversário das suas candidaturas ao PREVPAP – Programa de Regularização dos Vínculos Precários na Administração Pública, sem que, muitos deles, tenham conseguido solucionar a situação de precariedade em que trabalham há vários anos. Para o Secretário-geral da FENPROF, é inacreditável que, mais de quatro

anos depois, ainda haja homologações em falta e, portanto, trabalhadores e serviços suspensos da necessária conclusão dos processos!

Mário Nogueira lembrou que o PREVPAP teve início com a publicação da Portaria n.º 150/2017, que “estabelece os procedimentos da avaliação de situações a submeter ao programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no setor empresarial do Estado”, em 3 de maio de 2017. Já em 25 de junho de 2020, o Conselho de Ministros aprovou a Resolução n.º 52/2020, destinada a “concluir este processo de forma célere”, “procurando (...) a forma mais ágil de dar resposta aos processos que ainda se encontram pendentes”, e na qual “são previstos prazos para a conclusão efetiva do procedimento”. Entre estes prazos, aquele que obrigava os membros do Governo a decidir das homologações no prazo de 5 dias úteis.

Estes foram os motivos que levaram a FENPROF e algumas dezenas de docentes do Ensino Básico, Secundário e Superior, bem como investigadores com vínculos precários, a manifestar-se junto ao Ministério das Finanças, onde o processo parece ter ficado bloqueado: não deixar cair estas situações no esquecimento e pressionar o Ministério das Finanças a avançar com as homologações em falta e a fechar definitivamente um processo que há muito deveria estar concluído. ●



# CONCURSO DE VINCULAÇÃO 2021

- 57 438 candidaturas apresentadas por 38 348 candidatos;

- Dos 38 348 candidatos:

2383 estão ordenados em 1.<sup>a</sup> prioridade (para 2424 vagas, sobrando 41 vagas)

35 965 estão ordenados em 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> prioridades (que terão, para vinculação, 41 vagas)

- Dos 2383 candidatos abrangidos pela ineficaz “norma travão” (que, em princípio, vincularão)

**Relativamente à idade em 1 de setembro de 2021:**

Idade média: 45,93

Mais novo: 27,75

Mais velho: 68,7

Total de docentes com menos de 30 anos: 2

De 30 a 39 anos: 281

De 40 a 49 anos: 1586

De 50 a 59: 447

Igual ou superior a 60 anos: 67, dos quais 16 têm 65 ou mais anos

**Relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de agosto de 2021:**

Médio: 16,21

Mínimo: 3 anos e 1 dia

Máximo: 38 anos e 240 dias

Com 3 a 5 anos: 15

Até 10 anos: 157

Entre 10 e 20 anos: 1799

Com mais de 20 anos: 427

- Dos 35 965 candidatos não abrangidos pela norma-travão (ficando, praticamente todos, fora da vinculação), relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de agosto de 2020, temos:

Médio: 7,52 anos de serviço

Mínimo: 0 dias de serviço

Máximo 41 anos e 175 dias

Com mais de 3 anos: 24 368

Com mais de 5 anos: 20 368

Com mais de 10 anos: 11 351

Com mais de 15 anos: 4991

Com mais de 20 anos: 193



**COMBATER  
A PRECARIEDADE.**



**CONCURSOS JUSTOS.**



**MAIS ESTABILIDADE.  
MELHOR EMPREGO.**





# impressões

PEDRO OLIVEIRA (membro do SN da FENPROF)

## Manuel Heitor, Ministro do Não Assunto

**N**o Programa Essencial da SIC Notícias sobre a precariedade na ciência, transmitido em 16 de junho de 2021, o Ministro Manuel Heitor foi questionado sobre a prorrogação das bolsas de doutoramento. Eis um pequeno excerto do que ouvimos:

Ministro: Eu acho que este assunto não tem mais conteúdo para continuar.

Jornalista: Não quer responder mais?

Ministro: [...] Desculpe lá, isto para mim é um não assunto! Se arranjam uma solução melhor digam que nós adotamos uma solução melhor.

Jornalista: Se fosse um não assunto não havia marcada para dia 14 de junho uma manifestação em frente à porta do seu ministério? Se fosse um não assunto ...

Ministro: Mas nós já dissemos que não queremos interromper a bolsa de ninguém que tenha uma razão para continuar. Portanto deem-me agora é a solução administrativa a melhor [...]. Se houver outra proponham-me. Mas nunca ninguém propôs.

O Ministro Manuel Heitor bem pode ficar conhecido como o Ministro do Não Assunto.

A prorrogação das bolsas dos estudantes de doutoramento por causa das medidas de confinamento que obrigaram à interrupção dos trabalhos, é um não assunto.

A baixíssima taxa de regularização de bolsas e contratos precários no PREVPAP (os representantes do MCTES só votaram favoravelmente cerca de 13% de um total de 3264 requerimentos de docentes e investigadores), é um não assunto.

O facto de a ciência e investigação assentar na precariedade por via de Centros e Laboratórios de Investigação, que estando integrados nas IES, estão constituídos como Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, condenando os investigadores a toda uma vida precária sem acesso a uma carreira com dignidade e direitos, é um não assunto.

O problema da falta de progressão das carreiras dos docentes, por não abrirem concursos de acordo com o estipulado no Estatutos das Carreiras Docentes do Ensino Universitário e Politécnico, é um não assunto.

A escassez de financiamento do Ensino Superior e da Investigação acontece porque os "recursos públicos são finitos", diz o Ministro

e, portanto, é um não assunto.

A avaliação do desempenho ter-se traduzido no fim da progressão de escalão remuneratório para muitos docentes é um problema das instituições e por isso é também um não assunto.

A vivência nas Instituições, nomeadamente no que respeita à (falta de) participação, colegialidade e democracia, é um não assunto pois cumpre-se o que está no RJIES.

A revisão do RJIES, publicado em 2007 e cuja avaliação deveria ter tido lugar ao fim de 5 anos, é um não assunto.

As residências universitárias com o famoso programa de PNAES que, aparentemente, se traduz num verdadeiro milagre das camas, onde camas operacionais são contabilizadas como camas novas, é também um não assunto.

Final, para que serve o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior? Para tratar do que o Ministro Manuel Heitor considera os verdadeiros assuntos, como o programa Skills for Pós-Covid - mas, para além, da autopropaganda, em que é que se vai traduzir? E o propalado "pacto para o reforço de instituições e carreiras científicas" – para além de declarações redondas, em que se irá traduzir?

Na verdade, o Ministro Manuel Heitor fala do futuro para esconder os reais problemas do presente no Ensino Superior e na Ciência, demonstrando a sua falta de capacidade e de peso político e, assim, transformando o MCTES no Ministério do Não Assunto. ●

“  
O problema da falta de progressão das carreiras dos docentes, por não abrirem concursos de acordo com o estipulado no Estatutos das Carreiras Docentes do Ensino Universitário e Politécnico, é um não assunto.







# duas palavras

FERNANDO VICENTE (vicfernando@gmail.com)

## Ministério da Educação (ME) deverá mudar de nome

**T**iago Brandão Rodrigues é Ministro da Educação há cerca de 6 anos. António Costa, quando formou o governo na anterior legislatura, foi buscar um jovem investigador que poderia apresentar umas ideias progressistas e que, pela sua juventude, estaria com vontade de mudar a educação em Portugal.

Costa e seu Governo, apresentava-se como dinamizador de uma nova forma de fazer política, em que o diálogo, a negociação, a concertação, estariam na ordem do dia. Foram essas as promessas de Tiago Brandão Rodrigues para o ministério que iria liderar. A Educação bem precisava de mudanças que se só fazem com diálogo e negociação. Depressa se esfumaram estas promessas, tendo o Ministro, nestes últimos 6 anos, passado por 3 fases:

### 1. O ilusionista

Marcou reuniões negociais com as organizações sindicais, tendo afirmado que esse diálogo e reuniões seriam realizados de forma sistemática e constante para se tentar resolver os enormes problemas da Educação e do Ensino. Foram assim os 1ºs momentos do Ministro da Educação. No entanto, logo se tornou um mestre da ilusão da negociação. Reunia com a FENPROF, falando de tudo e nada resolvendo. Simulou negociações. Reunia por reunir! Nada negociava! Como verdadeiro ilusionista, simulava reuniões negociais.

### 2. O abstencionista

Depois, nos últimos anos da 1ª legislatura, o ministério de Tiago Brandão Rodrigues marcava reuniões de negociação somente com a presença dos Secretários de Estado e outros técnicos do ME. O Ministro tornou-

-se, assim, abstencionista nas reuniões com a FENPROF. Não aparecia, logo nada se negociava, pois, a decisão política não existia.

### 3. O negacionista

Tiago Brandão Rodrigues, tendo sido reconduzido no cargo de Ministro da Educação nesta legislatura, optou por nova postura comportamental. Negou a negociação. Criou um bloqueio à negociação, principalmente com a FENPROF. Não convoca reuniões, não pretende negociação, tornou-se assim negacionista da negociação porque não pretende resolver os problemas da Educação e Ensino em Portugal.

Assim, Tiago Brandão Rodrigues, deverá propor no próximo Conselho de Ministros a mudança de nome do ministério que dirige: em vez de **ME** (Ministério da Educação), deverá ser **MBN** (Ministério do Bloqueio Negocial). ●

## CARTOON

Henrique Monteiro





“  
Foram muitos os testemunhos de luta nesta conferência. Mesmo com adversidades, é necessário continuar o caminho pelo fim das discriminações e das desigualdades num sistema educativo de qualidade para todos e todas.

## Igualdade entre mulheres e homens

# 8ª Conferência Nacional

ALBERTINA PENA (membro do SN da FENPROF)

**Decorreu no dia 2 de junho a 8ª conferência da igualdade entre mulheres e homens da CGTP-INT**



Nesta conferência participaram dezenas de sindicatos, uniões e federações, bem como centenas de delegados e delegadas, tendo sido eleita a direção nacional desta comissão para o próximo mandato 2021-2025.

Para além de ser um momento de debate, esta conferência permitiu a partilha de um leque variado de experiências levadas a cabo por muitas mulheres e homens nos sindicatos, nas frentes e setores de trabalho.

No âmbito das questões da desigualdade de género, verificamos que ainda existe muito caminho a percorrer, porque as discriminações e as invisibilidades persistem em muitos setores da atividade laboral, desde a desigualdade laboral, a partilha de tarefas e as questões do assédio, entre outras.

As dificuldades existentes foram agravadas pela situação de pandemia que vivemos, configurando, muitas vezes, retrocessos

quanto a algumas conquistas já alcançadas.

Este tempo de pandemia, em termos laborais, não afetou da mesma forma homens e mulheres, pois a desvalorização salarial, os despedimentos, a ausência de trabalho, a precariedade, a sobrecarga de tarefas, o trabalho não pago e o cuidar são em grande parte efetuados por mulheres. Sendo que muitas destas mulheres são imigrantes e negras e de outras minorias. Com uma baixa escolarização, em situação de desproteção laboral, estão sujeitas a uma grande exploração e sem o reconhecimento de direitos.

Quanto ao setor da educação, foi referido que embora não existindo discriminações a nível salarial ou de acesso à profissão, sendo este um setor com uma maior percentagem de mulheres, durante o período de confinamento e com o ensino à distância verificou-se um acréscimo de trabalho. Neste sentido, à sobrecarga de trabalho profissional de ensino à distância acrescem as tarefas domésticas e o cuidar de ascendentes e descendentes. Durante este período também foi necessário apoiar filhos e filhas no ensino à distância, onde também foi notória a falta de equipamentos de apoio por parte do ME. Na ausência de formação, foi necessária uma rápida adaptação para assegurar o

ensino à distância. Para além da gestão de recursos e apoios, também foi necessária a gestão de espaços. Foram insuficientes os apoios a trabalhadores e trabalhadoras em confinamento e durante o período de encerramento de escolas.

### Direito à amamentação

Ainda no âmbito da educação, foi referido que por vezes existem alguns constrangimentos quanto ao direito à amamentação. A dispensa para este tempo de amamentação não tem em atenção as necessidades da criança, mas sim a conveniência dos horários impostos sob chantagem pelas direções dos agrupamentos, num modelo de gestão que não é democrático. Também se têm vindo a verificar algumas situações de assédio, em especial no ensino particular e cooperativo.

Tal como noutras situações, também as docentes estão sujeitas a violência doméstica, fenómeno transversal a toda a sociedade e que afeta o desempenho profissional, esgota emocionalmente quem é vítima deste flagelo e expõe as crianças a níveis de violência que levam a que o seu rendimento escolar seja afetado.

Também no âmbito da educação, houve referências à necessidade de alterar o modelo de escola a tempo inteiro pelo que isto significa em termos de permanência das crianças nas escolas, havendo crianças que chegam a estar cerca de 12 horas por dia nos estabelecimentos escolares e quase sempre em modalidade letiva. É preciso continuar a lutar por horários que permitam às famílias estar mais tempo com as crianças.

A precariedade, a desvalorização do



trabalho, os baixos salários levam a um empobrecimento generalizado e a que muitas famílias tenham de trabalhar cada vez mais horas para auferir dos mesmos (ou de menos) rendimentos. Enquanto as famílias passam muitas horas a trabalhar, as crianças passam muitas horas na escola. Esta resposta social é feita, também ela, com recurso a trabalho precário e mal pago. É necessário um regime laboral que permita às famílias um maior acompanhamento das crianças.

É urgente um investimento na educação. Nesse investimento tem de estar contemplado um combate às desigualdades e às discriminações de género. É necessário um plano educativo que aposte na produção e divulgação de materiais, desconstrução de estereótipos e alteração de manuais escolares, por forma a tirar as mulheres da invisibilidade na História, nas artes, na literatura e nas demais ciências e saberes.

É necessário investir na formação docente inicial e contínua para esta área. A cidadania só poderá ser plena quando permitir a formação integral dos e das jovens num plano de igualdade, intervenção, com vivências democráticas e não discriminatórias.

### **Ameaças constantes aos direitos conquistados**

A educação tem de estar na vanguarda dos avanços civilizacionais e neste sentido é importante a representatividade e o reconhecimento de todos os seres humanos num mesmo plano de visibilidade.

Muitas lutas foram travadas para que as mulheres fossem alcançando muitos direitos. Se hoje vivemos um tempo onde nos pode parecer que “já está tudo feito” e que não há discriminações, não nos podemos esquecer dos populismos e das ameaças constantes aos direitos conquistados que não podemos dar por adquiridos. Não podemos “adormecer” nem esquecer que neste tempo em que vivemos ainda há muitas mulheres que não são livres, que vivem em estados de guerra, que vivem na extrema pobreza, sem acesso à educação, sem acesso à habitação e sem acesso ao trabalho, etc.

Foram muitos os testemunhos de luta nesta conferência. Relatos repletos de coragem e, mesmo com adversidades, é claro que é necessário continuar o caminho pelo fim das discriminações e das desigualdades num sistema educativo de qualidade para todos e todas. ●



## 9ª Conferência Nacional da Inter-Reformados

# Em tempo de pandemia, estar atentos e agir

HELENA GONÇALVES (Dep. dos Professores Aposentados)

**A** estabilização da democracia e da sociedade assente nos pilares da CRP, que consagra os direitos individuais e coletivos, estão em perigo com as ameaças reais da extrema-direita e as políticas destruidoras da direita, que fazem caminho no nosso país.

A pandemia tem sido ocasião para o aumento da concentração da riqueza e para a concretização de uma agenda que comprometerão fortemente o nosso futuro.

A UE existe? Onde estão as políticas de coesão social articuladas? Provavelmente, não passarão de discurso de intenção e falta-nos saber o que nos espera.

As metas da Cimeira Social, com enfoque no Pilar dos Direitos Sociais, realizada no Porto, nomeadamente as três fundamentais (\*) são apenas objetivos gerais e a sua concretização está dependente da vontade política e das condições de cada país. A precariedade, o corte de direitos laborais e dos salários, a rutura entre gerações, continuam... estando até a surgir novas formas de exploração.

As pessoas de todas as gerações, estão a desenvolver comportamentos de acomodação, na sequência dos dias vividos com muita apreensão e medo alimentados pelo alarmismo, empolamento de riscos, informação contraditória...

Temos de estar atentos, mas sem alarmismos e agindo.

Esse é o nosso caminho. Temos então o exercício da política aprofundando, analisando, reformulando, inovando todo o trabalho nos diversos campos. A política não se exerce só e apenas com o voto. A política exerce-se através de escolhas, que mobilizem a ação e que sirvam os cidadãos e a comunidade.

A pandemia evidenciou a necessidade de reforçarmos o exercício da cidadania, o bem comum, o humanismo.

Neste quadro, a 16 de abril, a Inter-Reformados/CGTP-IN realizou, na Casa do Alentejo, em Lisboa, a 9ª Conferência Nacional com o lema – Afirmar a solidariedade intergeracional - Organizar, defender, reivindicar, lutar.

Para a sua preparação no Documento de Apoio - de análise e caracterização da realidade dos aposentados/reformados no

nosso país onde foram, aprofundados os seguintes aspetos - A população reformada e o valor das pensões - O direito à Segurança Social - As condições de vida – Os reformados e as consequências da pandemia.

Do último tema abordado transcrevemos o seguinte:

“No essencial, a situação epidemiológica revelou um conjunto de problemas e vulnerabilidades que afetam as pessoas idosas e que têm vindo a agravar-se, com destaque para

- a desresponsabilização do Estado na criação de uma rede pública de equipamentos sociais e consequente existência de instituições muito diferenciadas, proporcionando condições muito distintas e frequentemente deficitárias, nomeadamente em termos de recursos humanos e técnicos e de condições logísticas, sendo de assinalar a sobrelotação de alguns destes equipamentos

- a insuficiência de uma rede de serviços de apoio domiciliário adequada às necessidades das pessoas idosas

- a deficiente articulação entre os serviços de saúde e de segurança social no que toca aos cuidados a pessoas idosas

- as deficiências do Serviço Nacional de Saúde, debilitado por vários anos de falta de investimento em equipamentos e recursos humanos e técnicos

- a fragilidade e insuficiência da rede de cuidados continuados integrados - as deficientes e até precárias condições de habitação de muitas pessoas idosas.”

Está, portanto, justificada a realização desta conferência, se considerarmos as reivindicações reanalisadas, considerando que temos mais um documento a aprofundar – O Livro Verde. ●

\*UE: chegar a 2030 com...

1 – 78% a sua população, entre os 20 e os 64 anos, estar empregada;

2 – 60% dos adultos participarem, anualmente, em ações de formação;

3 – baixar para menos de 15 milhões o número de pessoas em situação de pobreza e exclusão social (incluindo 5 milhões de crianças)

**Nota:** Todos os documentos em <https://www.fenprof.pt/APOSENTADOS/DA/FENPROF>



Os trabalhadores da Administração Pública são essenciais à construção de um País democrático, desenvolvido e moderno!

**Exige-se que sejam respeitados!**

DULCE PINHEIRO (membro do SN da FENPROF)

O relacionamento do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública com a Frente Comum, tal como o Ministério da Educação com a FENPROF, embora com algumas diferenças no modus operandi caracteriza-se pelo bloqueio negocial que tem como resultado a mesma falta de respeito pelas organizações sindicais, pelos trabalhadores e pelas mais elementares regras da Negociação Coletiva!

De facto, a diferença reside nas reuniões que vão sendo marcadas porque, quanto a resultados negociais, o saldo é deveras negativo!

A regra de conduta dos governantes tem sido dar primazia, à comunicação social, do conteúdo das suas propostas; não aceitar e nem sequer responder às propostas ou posição apresentadas pela Frente Comum; convocarem reuniões completamente vazias de conteúdo; ou incumprirem metas e datas e não honrarem compromissos sobre diversas matérias...

Estas estratégias de atuação redundam num enorme desrespeito pelos trabalhadores, pelas organizações sindicais que os representam e ignoram a resolução de problemas que, de ano para ano, veem adiadas soluções que fariam a diferença na vida de quem trabalha ou já trabalhou!

A lista de problemas por resolver (e para os quais a Frente Comum tem soluções) é imensa. Sublinham-se os seguintes:

## SALÁRIOS

**[há 12 anos que não são revistos de forma digna]**

Na Administração Pública há mais de 700 mil trabalhadores que desempenham funções essenciais. Destes, apenas 14% tiveram aumento por via da mais que insuficiente revalorização do Salário Mínimo. A esmagadora maioria ficou de fora...

Segundo o economista Eugénio Rosa, "Entre 2010 e 2020, o poder de compra da remuneração base média mensal dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional) diminuiu em 10%. (...) há categorias profissionais onde a perda é maior. Por ex., para os médicos a perda foi de 16,1%; para os enfermeiros de 9,4%; para os professores de 13,1%; para os Técnicos superiores a perda de poder de compra atinge 16,1%. É evidente que, com o sistema remuneratório como aquele que referimos, e com estas perdas de poder de compra, associados ao congelamento durante anos a fio das remunerações, não se consegue nem motivar e compensar devidamente aqueles que mais se empenham e com maior produtividade





**Os serviços públicos e os seus trabalhadores são imprescindíveis para garantir os direitos fundamentais às populações e para a construção do país democrático, moderno e desenvolvido que queremos**

que estão na Função Pública nem atrair para a Administração Pública trabalhadores com competências elevadas para ela poder responder às necessidades do país e dos portugueses.”

Ora, aumentar os salários é valorizar o trabalho, é melhorar o poder de compra, é também qualificar as pensões de quem finda uma vida de dedicação aos serviços públicos, para além de dar um importante apoio e incremento à economia do País!

## CARREIRAS

**[destruídas, degradadas... é urgente recuperá-las]**

Em 2009, o governo PS de Sócrates, destruiu de mais de 1400 carreiras profissionais e atirou milhares de trabalhadores para as 3 carreiras gerais tornando regra a polivalência; também na Educação não se esquece o forte ataque desferido por Maria de Lurdes Rodrigues ao ECD com consequências tão nefastas e de cujas sequelas ainda hoje se padece! A este ataque monstruoso acresceu o corte nos salários, o roubo de tempo de serviço que persiste para milhares de trabalhadores da Administração Pública. É imperioso recuperar e dignificar as carreiras; contar todo o tempo de serviço prestado; acabar com as vagas de acesso aos 5º e 7º escalões; resolver as ultrapassagens...

Respeitar os direitos de quem trabalha é escolher o caminho do progresso e da melhoria da prestação dos serviços públicos às populações!

## SIADAP

**[Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública – REVOGAÇÃO!]**

O SIADAP está na base de todos os sistemas de avaliação de desempenho da

Administração Pública. No dos docentes, do Pré-Escolar ao Ensino Superior, também!

É constituído por um conjunto de procedimentos, adaptáveis aos diversos contextos, que visa unicamente poupar à custa de quem trabalha. Efetivamente, ao contrário do que se exige, este sistema não permite uma avaliação justa, formativa, transparente, equitativa e que garanta o desenvolvimento nas carreiras, desde logo porque tem um forte constrangimento – QUOTAS – comum aos diversos modelos de avaliação na Administração Pública, é o impedimento central para que o real resultado avaliativo possa ser considerado! Isto é, a 75% dos trabalhadores fica vedado o acesso ao reconhecimento de avaliação por mérito!

À mera operação de cosmética que o governo pretende sujeitar esta área, a Frente Comum exige o único caminho possível: revogar o SIADAP e substituí-lo por uma avaliação que tenha por finalidade incentivar e motivar os trabalhadores e assim melhorar os serviços.

## PRECARIEDADE

**[chaga que é preciso exterminar]**

António Costa tem dito que o número de trabalhadores na Administração Pública aumentou! Vejamos de que forma: Segundo Eugénio Rosa “Em 31 de março-2021, o número de trabalhadores com contratos a termo eram já 93037, mais 37,7% do que em setembro de 2019.” E refere ainda que “Mesmo em profissões vitais, como são a Saúde e a Educação, o trabalho precário explodiu com o atual governo. Entre set.2019 e março.2021, o número de trabalhadores da Saúde aumentou em 2623, sendo 2520 (96,1%), com contratos a prazo. O mesmo na Educação pois, no mesmo período, o número de trabalhadores cresceu em 13154, sendo 12663 (96,3%) com contratos a prazo.”

Estes são números que envergonham quem, podendo alterar esta realidade, persiste em a manter! A Frente Comum continua a exigir que não se adie por mais tempo a decisão de dar futuro a milhares e milhares de trabalhadores (que, para além de exercerem funções determinantes no combate à pandemia, são necessários de forma permanente no seu exercício de funções)! Exige-se que o governo patrão seja o exemplo para os restantes!

Os serviços públicos e os seus trabalhadores são imprescindíveis para garantir os direitos fundamentais às populações e para a construção do país democrático, moderno e desenvolvido que queremos e para isso urge ultrapassar problemas que constroem o futuro! ●



## Dia Nacional de Luta na Administração Pública

No passado dia 20 de maio, os trabalhadores da Administração Pública estiveram de novo em luta. No centro das reivindicações, esteve o aumento geral dos salários, a valorização das carreiras, a correção da Tabela Remuneratória Única, a revogação do SIADAP e a defesa dos serviços públicos.

As diferentes formas de luta convocadas para este dia, desde greves a manifestações, culminaram com uma concentração em frente ao Palácio da Ajuda, em Lisboa, onde esteve reunido o Conselho de Ministros.

Sublinhando em declarações à comunicação social que o que tem havido com o Governo não é uma efetiva negociação, mas “um simulacro de negociação”, o dirigente da Frente Comum, Sebastião Santana, precisou ter chegado, por isso, o momento de os trabalhadores da administração pública “dizerem basta” a um processo que “à boleia da pandemia” está a “tirar direitos” e a dar “ao Governo desculpas” para “não negociar matérias”.

Assegurando o normal funcionamento de todos os serviços de Saúde (SNS), incluindo os Centros de Vacinação e Testagem COVID, a jornada de 20 de maio, a que se associaram os professores, foi marcada por um forte sinal de protesto e luta dos trabalhadores da Administração Pública, em todos os setores e locais de trabalho. ●



# A emergência do Lixo

CARMEN LIMA (Coordenadora Centro Informação de Resíduos)

**É necessário adotar medidas urgentes caso contrário os resíduos globais aumentarão 70%, em relação aos níveis atuais até 2050.**

Consumimos cada vez mais recursos e materiais e produzimos mais lixo. A atual situação pandémica veio a contribuir para um aumento destes números e se continuarmos neste ritmo o futuro pode ser dramático – vivemos um momento da “Emergência do Lixo”!

Planeamento é urgente, antecipar cenários e estimular novas estratégias para motivar os portugueses a separar mais e melhor devia ser o mote nesta área.

A política dos 3R's ainda não é uma realidade e todas as outras políticas que vão aparecendo – 5R's, 7R's 9 R's são puro romantismo. Se continuarmos neste ritmo de consumir e deitar fora, onde os principais destinos dos resíduos em Portugal são a deposição ou a incineração, as metas vão continuar a não ser cumpridas, em breve esgotamos os aterros e estaremos cada vez mais preocupados a fazer contas para controlar as emissões de GEE (Gases com Efeitos de Estufa) provenientes da deposição ou queima do lixo.

Por ano, estima-se ser necessária uma área de aterro equivalente a cerca de 10 campos de futebol para encaminhar todos os resíduos à quantidade que são depositados atualmente. Portugal dispõe atualmente de 33 aterros. Estes têm de momento uma capacidade de 7 anos.

A meta europeia adotada por Portugal previa uma redução em 10% na produção até 2020 e o que conseguimos foi perto de nada. Talvez o cenário não tenha sido pior porque atravessámos uma crise económica em 2011 que levou à redução da produção do lixo durante os anos que se seguiram.

Para além desta, as metas de reciclagem não foram, na sua generalidade, cumpridas e a acumulação de resíduos urbanos em aterro é muito elevada, representando cerca de

57% do total de lixo produzido. Uma grande parte dos RU são compostos por resíduos orgânicos. O desvio de orgânicos dos aterros para posterior valorização tem sido um investimento através dos sistemas de tratamento mecânico e biológico para onde são atualmente encaminhados cerca de 38% dos resíduos recolhidos. Mas apenas 13% são efetivamente valorizados, sendo o restante encaminhado para aterro.

O erro começa logo quando começamos a comparar-nos com outras regiões ou países e realidades completamente diferentes das nossas. No entanto, como podemos abrir caminho sem pormos os dados em cima da mesa?

O Mundo gera anualmente 2,01 mil milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos. Os resíduos gerados por pessoa têm hoje uma média de 0,74kg em tendência crescente, mas as diferenças entre as regiões do mundo são grandes. Em Portugal geramos, em 2019, cerca de 1,4kg de resíduos por pessoa por dia, ligeiramente acima da média europeia. Pior que a Europa neste ranking só a América do Norte com uma produção de mais de 2kg em média por pessoa.

Embora a Europa se tenha comprometido com a redução da produção de resíduos, as projeções apontam para uma tendência crescente em todo o Mundo. As metas europeias são cada vez mais exigentes e Portugal já se comprometeu com a implementação de novos sistemas de recolha seletiva para os biorresíduos, têxteis e pequenas quantidades de resíduos perigosos, entre 2024 e 2025.

Com isto, pretende-se desviar grande parte dos orgânicos para valorização e aliviar a carga de resíduos enviados para aterro. Ainda assim é preciso reforçar a reciclagem dos resíduos já existentes, principalmente as embalagens e os resíduos eletrónicos, com taxas atuais de recolha diferenciada a rondar os 48 e 33%, respetivamente.

Em Portugal continental, a reciclagem de resíduos de embalagem é insatisfatória nas redes de tratamento e gestão e mediana nos serviços de recolha, porque as metas estabelecidas são diferentes para cada região do país, de acordo com o Despacho nº 3350/2015, de 1 de abril de 2015.

Cerca de 9% dos resíduos de embalagens recolhidos para reciclagem não foram reciclados o que sugere que uma parte destes não estão a ser bem separados. Mais importante do que isso é o compromisso dos Portugueses e das Portuguesas em separar o seu lixo.

Caso disso são os REE (resíduos elétricos e eletrónicos), onde o consumo é crescente, as componentes perigosas não desaparecem, mas as exigências de EU são cada vez mais apertadas – a meta passou de 45% para 65%. Por outro lado, é frequente o desvio destes resíduos para circuitos paralelos, que ainda dificulta mais o alcance das metas – das cerca de 100 mil toneladas de REE potencialmente gerados em 2019, estima-se que 77% não foram recolhidos e tratados pelo circuito implementado pelas entidades gestoras, que apesar de não ser uma realidade apenas Portuguesa, a sua prevalência aqui, em geral é maior.

Se não reduzirmos, reutilizarmos, recuperarmos e reciclarmos o nosso lixo, olhando para ele como um recurso e não como algo sem valor, vamos ter sérios problemas e arranjar soluções para o eliminar – quer em aterro, quer em incineradoras, mesmo que lhe queiramos chamar “fábricas de produção de energia”. Quem quer uma unidade destas perto de casa?

Estas soluções são responsáveis por emitir GEE e o movimento climático já mostrou que vivemos um período complicado em matéria de alterações climáticas. A aposta deverá continuar a ser o desvio dos biorresíduos do aterro, com a implementação generalizada da recolha diferenciada deste resíduo também poderá resultar em reduções significativas nas emissões decorrentes da deposição em aterro e na capacidade que se prevê tão excessiva se não se derem mudanças significativas nos destinos dos resíduos urbanos.

A União Europeia (UE) frisa a importância da ciência e da formação. É essencial que, nos dias de hoje, o cidadão esteja informado e que desenvolva capacidade crítica para que possa interpretar de forma mais imparcial possível a informação que consome. Nada como fundamentar as nossas causas com os dados que temos ao dispor com espírito crítico.

É um acordar que só pode ser vantajoso para a Sociedade civil e para o Planeta, mas para que isso seja efetivo cada um de nós tem de ser crítico em relação ao que absorve e utiliza, ao que defende e à forma como age – vivemos neste momento uma situação de “Emergência do Lixo”. | Lisboa, Junho de 2021 •



**“O Mundo gera anualmente 2,01 mil milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos”**



# O regresso da farsa

**Se a divulgação dos rankings foi sempre muito injusta, este ano tornou-se ainda mais perversa**

**O**s rankings de escolas são, mais do que nunca, uma farsa. Lamentavelmente, nem os condicionalismos decorrentes da pandemia levaram o ME a não contribuir para a catalogação das escolas, destaca a FENPROF.

Recentemente, apareceram, de novo, os rankings de escola. Pelo vigésimo primeiro ano consecutivo! E, pela vigésima primeira vez, a FENPROF reafirma o seu desacordo com uma iniciativa que procura reduzir os indicadores de qualidade das escolas aos resultados dos alunos em exames. Para além de mistificadora e demagógica, a catalogação das escolas como boas ou más, melhores ou piores em função daqueles resultados é de uma enorme injustiça para o trabalho desenvolvido em cada uma delas por docentes, não docentes e alunos. Isto, para além de confundirem a opinião pública e as famílias, com informação tão redutora, parcelar e distorcida.

Toda esta propaganda – bem do agrado de colégios privados e de alguma imprensa que, à custa dos rankings, consegue amealhar muita publicidade paga pelos empresários do setor – não facilita, antes dificulta o trabalho das escolas, em particular das que, encontrando-se em zonas de maior complexidade social, são rotuladas de piores. Como a FENPROF tem afirmado, tal rótulo não constitui um estímulo para essas escolas, antes as torna alvo de discriminação, desmoralizando alunos, professores e pais. Recorda-se que a primeira divulgação dos rankings de escolas em Portugal aconteceu em 2001, precisamente no mês em que o País de Gales anunciava que iria abandonar a sua divulgação.

De há uns anos para cá, alguma imprensa – que, há semanas, destacou jornalistas para elaborarem o catálogo – alega que utiliza critérios que procuram mitigar diferenças decorrentes de uma leitura descontextualizada dos números, por exemplo, utilizando indicadores relativos ao valor esperado de contexto e à progressão dos resultados dos alunos; porém, tais indicadores estão muito longe de traduzir a complexidade da realidade ou de tornar credível e legítima esta suposta avaliação das escolas.

Recuperando o que tem sido afirmado por académicos, por exemplo, em 2004, o CIPES (Centro de Investigação das Políticas do Ensino Superior, da Fundação das Universidades Portuguesas), no estudo “Um Olhar sobre os Rankings”, assinalava muitas das deficiências da seriação que é feita, considerando a sua divulgação como uma “calamidade pública”; no ano seguinte, durante a apresentação do estudo de investigação realizado no âmbito do Programa AVES (Avaliação de Escolas com Ensino Secundário), os investigadores criticaram a organização destes rankings, por constituírem a imagem mais ‘lioofilizada e ignorante’ que se pode ter sobre o que é uma escola.

Se a divulgação dos rankings foi sempre muito injusta, este ano ela torna-se ainda mais perversa, lembrando a FENPROF que os resultados considerados foram obtidos após meses de ensino a distância, em que, como é consensualmente reconhecido, dispararam as desigualdades, com muitos alunos sem condições para acompanharem as aulas remotas, por falta de equipamentos, de acesso à Internet ou de apoio adequado para superar dificuldades, incluindo a falta de autonomia digital. Convirá acrescentar que esses são os alunos que não frequentam os colégios privados, que ocupam os primeiros lugares do catálogo, não só por falta de condições financeiras das famílias, mas, também, por neles serem recusados.

Em tempo de pandemia, que levou à aprovação de tantas medidas excecionais, nos mais diversos domínios (na Educação, foram, até, suspensos alguns exames, provas finais e provas de aferição), a FENPROF lamenta que o Ministério da Educação tenha disponibilizado os dados que levaram à elaboração de listas ordenadas das supostas melhores e piores escolas secundárias, associando-se a mais um dos muitos ataques que são desferidos a uma Escola Pública que, graças ao elevado sentido de responsabilidade, também social, dos seus profissionais, a todos tem resistido. ●

“**FENPROF reafirma o seu desacordo com uma iniciativa que procura reduzir os indicadores de qualidade das escolas aos resultados dos alunos em exames.**”



## Carta ao Ministro da Educação

# Professores do 1.º Ciclo reclamam respeito

LUÍS LOBO (membro do SN da FENPROF)



A FENPROF tem, com sucessivos governos, particularmente com os dois últimos, tentado abrir linhas de diálogo para discutir problemas e encontrar soluções há muito exigidas pelos docentes do 1.º ciclo do ensino básico.

A indisponibilidade negocial que o Ministério da Educação tem revelado levou a que os professores do 1.º ciclo procurassem, através de ações públicas, atacar os problemas e dar visibilidade pública à indignidade de algumas situações que se vão acumulando. Daí que a FENPROF tenha decidido propor aos professores a assinatura de uma carta, processo que se encontra a

decorrer em todo o país, para que venha a ser entregue ou enviada ao seu destinatário – o Ministério da Educação.

Nessa carta denuncia-se o facto de o Partido Socialista, no seu programa eleitoral e posteriormente no programa de governo, ter feito referência aos professores em monodocência: “Sem contrariar a convergência dos regimes de idade da reforma, encontrar a forma adequada de dar a possibilidade aos professores em monodocência de desempenhar outras atividades que garantam o pleno aproveitamento das suas capacidades profissionais”. Na verdade, “até hoje, o governo não apresentou qualquer proposta

para concretizar esse compromisso, que parece ter sido usado apenas com fins eleitoristas”.

**Os professores exigem:**

1. Redução do número de alunos por turma;
  2. Redução para 22 horas da duração semanal da componente letiva;
  3. Respeito pelos horários de trabalho e reconhecimento do intervalo como uma pausa que integra a componente letiva;
  4. Integração de todo o trabalho desenvolvido com alunos na componente letiva;
  5. Desenvolvimento das atividades de ocupação de tempos livres exclusivamente em horário pós-letivo e alteração do atual modelo de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).
  6. Aprovação de um regime de aposentação que considere o elevado desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício continuado da profissão;
  7. Dispensa total da componente letiva, por um ano, aos 20, 25 e 30 anos de serviço, sendo vedada a atribuição de qualquer atividade direta com os alunos;
  8. Instituição de regras claras e objetivas quanto à distribuição dos docentes pelas escolas que integram cada agrupamento e criação de bolsa de docentes para substituições em caso de ausências de curta duração;
  9. Eliminação de tarefas burocráticas e administrativas que ocupam boa parte da atividade docente;
  10. Obrigatoriedade da inclusão de, pelo menos, um docente na direção dos agrupamentos e exigência de um modelo de gestão democrático.
  11. Dispensa da componente letiva para a realização de ações de formação contínua obrigatória;
  12. Fim do processo de municipalização.
- E reiteram que “estas exigências não podem deixar de ser consideradas e devem ser motivo para a abertura urgente de um amplo debate sobre a reorganização deste nível de ensino e a necessária negociação sobre alguns aspetos das condições de trabalho neste setor”. ●

**Ensino Particular e Cooperativo/Ensino Artístico Especializado**

**PELO DIREITO À CONTRATAÇÃO COLETIVA.  
CONTRA A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS.**



## FENPROF não deixa esquecer: Ainda há professores para vacinar!

NÉVIA VITORINO (Assessora de Imprensa da FENPROF)

**N**ão tendo ocorrido qualquer reforço significativo das condições de segurança nas escolas contra a COVID-19, a FENPROF continua a insistir na necessidade de assegurar a vacinação de todos os docentes e trabalhadores da Educação. No entanto, num momento em que a Direção Geral da Saúde afirma que um terço dos surtos ativos no país se verifica em estabelecimentos de ensino, continuam a chegar aos sindicatos relatos de professores que ainda não foram convocados para vacinação e não conseguem fazer auto agendamento.

Com o intuito de agilizar a resolução do problema, a FENPROF disponibilizou uma plataforma online onde os professores podem inserir os seus dados e reportar a sua situação, comprometendo-se a FENPROF a informar a task force para que a situação seja resolvida. Em 14 de junho, já foi enviada uma primeira lista de 128 nomes de docentes.

Recorde-se que, assim que o governo anunciou o regresso ao ensino presencial,

a FENPROF defendeu a prioridade dos docentes e trabalhadores das escolas no processo de vacinação. Após os três fins-de-semana dedicados à vacinação destes trabalhadores e assim que começaram a surgir os primeiros relatos de docentes excluídos do processo, a FENPROF pediu esclarecimentos ao Ministério da Educação, à DGS e à coordenação da Task Force responsável pelo processo de vacinação. Apenas os responsáveis da Task Force responderam, informando que coordenaram “a execução da vacinação de todos os docentes constantes nas listas que o Ministério da Educação lhes fez chegar, desde que os mesmos fossem elegíveis para o processo de vacinação”. Esclarecem, ainda, que não seria elegível quem tivesse contraído Covid-19 e as grávidas, mas também aqueles cujos dados fornecidos, estando errados, não tenham sido reconhecidos no “registo nacional do utente”.

Para a FENPROF, não se compreende que o Ministério da Educação não tenha enviado as listas, como deveria, para a Task Force,

na medida em que, logo que as escolas verificaram as falhas (algumas por incorreção de dados, mas, a maioria, sem justificação conhecida), enviaram para as delegações regionais da DGEstE, como lhes foi solicitado, novas listas com os dados de quem tinha sido “esquecido” ou “excluído”.

Se ainda não recebeu a convocatória para a vacinação, inscreva o seu nome na plataforma criada pela FENPROF em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt). •



O Conselho Nacional da FENPROF decidiu promover uma concentração junto à Assembleia da República quando se realizar, em sessão plenária, o debate em torno da Petição contra a municipalização da Educação; no mesmo âmbito, a Federação vai realizar um debate (22 de setembro) sobre este tema com convite aos grupos parlamentares.

# A injustíssima sobrecarga e abuso do trabalho dos professores classificadores

Senhor Ministro,

A classificação de provas de exames nacionais é uma função de grande exigência e de especial responsabilidade, requerendo tempo e condições para a sua concretização, de forma a poder ser realizada com qualidade. Acresce ainda que, neste ano letivo, em que se repete o contexto da pandemia covid-19, aos altos níveis de exigência e responsabilidade se juntam o elevado desgaste emocional que a situação acarreta e em particular os cuidados de índole sanitária. Neste sentido seria de elementar justiça que o trabalho desenvolvido pelos professores classificadores fosse justamente valorizado.

Constata-se, pelo contrário, que não há respeito e equidade de tratamento dos professores envolvidos no processo de classificação das provas de âmbito nacional. Muitos são sujeitos a uma insuportável sobrecarga de trabalho motivada pelo elevado número de provas que lhes são atribuídas, pelo tempo insuficiente para o processo de classificação, pela sobreposição com outro tipo de serviço letivo e não letivo nas escolas e agrupamentos onde exercem funções, pelo facto de os mesmos professores poderem



ser chamados a classificar provas ou exames nas duas fases de realização, de mais do que um ano de escolaridade ou, mesmo, de mais do que uma disciplina.

A todos estes factos acresce o problema dos professores classificadores de exames das línguas estrangeiras no ensino secundário: para além da obrigatoriedade de classificar provas escritas, os docentes são convocados para avaliar as provas orais noutros estabelecimentos de ensino, o que implica um enorme dispêndio de tempo

em todo o processo da avaliação, mas também nas deslocações, cujas despesas são suportadas, de imediato, pelos docentes e só tardiamente ressarcidas pelo Ministério da Educação.

Por outro lado, apesar das várias orientações nesse sentido, continua a verificar-se a desatualização das bolsas de professores classificadores. Isto faz com que muitos acabem por desempenhar estas funções, ano após ano, mesmo que já não se encontrem a lecionar o ano de escolaridade

## “Regime do Pessoal Docente e de Investigação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Privados”

A FENPROF enviou ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior um parecer sobre o Projeto de “Regime do Pessoal Docente e de Investigação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Privados” apresentado pelo MCTES com data de 13/5/2021.

A Federação, que tem defendido que aos docentes e investigadores do ensino superior particular e cooperativo devem ser aplicados, com as necessárias adaptações, estatutos de carreira idênticos aos que vigoram no ensino superior e na investigação públicos, procurará, nas negociações, aproximar o regime dos docentes e dos investigadores

dos estabelecimentos de ensino superior privados ao constante dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior públicas (ECDU e ECPDESP) e da investigação (ECIC), buscando, simultaneamente, a garantia do cumprimento, por parte das instituições privadas, dos requisitos necessários à acreditação dos ciclos de estudos, incluídos desde 2018 no regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior (DL n.º 74/2006).

A FENPROF considera que existem importantes aspetos a clarificar e a fixar no projeto, e entende que este ganhará em ser aperfeiçoado no sentido de ir ao encontro das propostas sindicais. As negociações devem iniciar-se o mais rapidamente possível. •





ou a disciplina objeto de exame. Ao mesmo tempo, professores que estão a lecionar o ano de exame veem-se excluídos da bolsa de classificadores, o que é mais uma situação problemática: por um lado, sobrecarrega sempre os mesmos, por outro lado, impede os professores mais novos de conhecer e desempenhar as tarefas em causa.

Há que denunciar, também, que alguns diretores não têm respeitado a legislação anualmente publicada (para este ano letivo cf. artigo 21º do Despacho Normativo n.º 10-A/2021, de 22 de março), nem as informações emitidas pelo Gabinete do Secretário de Estado da Educação relativas aos direitos dos professores classificadores. Nesses casos, continua a não ser dada dispensa de outras atividades não letivas durante o período de correção e a não ser aplicada a compensação de três a cinco dias, fora do período de correção, com dispensa da realização de tarefas. São situações intoleráveis de falta de equidade que resultam, neste caso, do incumprimento de orientações superiores e que sobrecarregam ainda mais os docentes implicados e desrespeitam os seus direitos.

Sr. Ministro,

Esta situação é tanto mais incompreensível porque se repete há vários anos, sem que o ME tenha procedido a qualquer alteração, ignorando todas as

solicitações da FENPROF para a solução destes problemas;

Neste contexto a FENPROF reitera as exigências anteriormente manifestadas:

**1.** A revisão dos critérios de seleção dos professores classificadores, com indicações claras para todas as escolas seguirem os mesmos procedimentos, de modo a que o trabalho de classificação não recaia insistentemente sobre alguns, fomentando a rotatividade nessa função entre os professores de cada grupo disciplinar;

**2.** O aumento do número de professores classificadores, através da igualdade e proporcionalidade de procedimentos, no recrutamento e seleção em todas as escolas.

**3.** A fixação em 30 do número máximo de provas a distribuir a cada classificador e o aumento do tempo reservado para a realização das tarefas;

**4.** O caráter absolutamente excepcional da atribuição de classificação de provas em mais do que uma fase e em mais do que uma componente de exame (oral ou escrita), na mesma fase;

**5.** A fixação de critérios-base adequados e justos para a atribuição de dias de compensação, tendo em consideração o volume de trabalho distribuído a cada docente;

**6.** O rigoroso cumprimento dos direitos dos professores classificadores pelas direções dos agrupamentos e escolas não agrupadas;

**7.** O pagamento em prazo curto das ajudas de custo e das despesas de transporte que sejam devidas aos professores classificadores;

**8.** A revisão do papel dos classificadores dentro do processo supervisionado com o respeito pela sua autoridade científica;

**9.** A revisão das normas de realização, vigilância e classificação de provas orais e escritas sob orientação das autoridades de saúde pública, por forma a reduzir ao máximo os riscos que decorrem do contacto interpessoal, mobilidade e exposição a material potencialmente contaminado.

Sr. Ministro,

A FENPROF deseja saber o que pretende Vossa Excelência fazer para solucionar as gritantes injustiças e falta de equidade que se verificam no trabalho de classificação de exames, ao sobrecarregar milhares de professores sem a mínima compensação pelo esforço despendido. A FENPROF manifesta total disponibilidade para uma reunião urgente no sentido de pôr cobro à injustíssima sobrecarga e ao abuso sobre o trabalho dos professores classificadores. ●

Carta enviada ao Ministro da Educação em 31/05/21



## PS, PSD, CDS-PP e IL uniram-se contra a estabilidade dos professores contratados

Em maio, aqueles partidos impediram que a Assembleia da República aprovasse a vinculação dos docentes com cinco ou mais anos de serviço.

Os projetos de lei foram apresentados pelo PCP e pelo BE. A serem aprovados, como deviam, impunham a abertura de concursos extraordinários de vinculação, permitindo a regularização de vínculos que, desta forma, permanecerão precários.

Os colegas contratados puderam intervir – e deveriam tê-lo feito! – ainda antes da discussão, através do envio aos deputados de postais eletrónicos em que subscreviam a exigência de medidas de vinculação.

Os argumentos para contrariar a esperada intervenção da Assembleia na República indignaram quem os ouviu: a discussão era inoportuna porque acontecia com concursos já a decorrer; a vinculação até podia ser muito justa, mas isso era assunto do governo; não se ouvia falar ali de exigências quanto ao mérito dos professores implicados ou de levantamento de necessidades reais; as normas dos concursos já são uma manta de retalhos e pior ficariam com a vinculação extraordinária...

Aos colegas contratados cabe ver quem é quem na Assembleia da República e, em particular, quanto a tão sensível assunto. Cabe também intervir e lutar para pressionar os partidos que não querem a aceitar a solução deste problema.

Mais de setecentos contratados enviaram o postal eletrónico pela vinculação aos deputados da 8.ª Comissão. É um número a registar?... É, mas aquém dos milhares que já acumulam cinco ou mais anos de serviço em regime de precariedade!

Sem luta não há pressão, sem pressão não se pode esperar a solução. Atenção, pois, aos próximos desenvolvimentos! ●

# FENPROF presente

JOSÉ F. COSTA (membro do SN da FENPROF)



No dia 5 de junho, o Município de Setúbal foi anfitrião do Encontro pela Paz, iniciativa promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, a que se associaram doze entidades e organismos, incluindo a FENPROF. Esta iniciativa, subordinada ao tema “Pela Paz, todos não somos demais!” decorreu no Fórum Municipal Luísa Todi, na cidade de Setúbal.

Entre as 10h30 e as 17h, os três painéis “Paz e desarmamento”; “Cultura e educação para a paz” e “Solidariedade e cooperação”, contaram com a presença de vários oradores e muitas foram as intervenções, neste espaço de convergência, apesar das diferentes visões, que apelaram à defesa pela paz e à construção de um mundo mais justo.

A intervenção da FENPROF no painel “Cultura e educação para a paz” salientou a importância de educar para a Paz e para uma sociedade mais solidária. Este é um papel fundamental que tem de obrigatoriamente ser assumido nas escolas, pelos professores e educadores. Educar para a Paz está

expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos e as escolas devem ser mediadoras e contribuir para o desenvolvimento de práticas emancipatórias que visem a paz. A educação para Paz deve ser uma referência obrigatória no Projeto Educativo de todas as escolas.

Este é um apelo que sempre lançámos a todos os docentes: inculquem nos seus estudantes a condenação firme de toda e qualquer guerra de agressão, sublinhando que uma guerra de agressão contra outro povo é sempre uma decisão injusta e contrária aos interesses mais profundos quer do povo agredido quer do povo agressor.

### O importante papel da escola

É extraordinariamente importante defender a implementação destas práticas na Escola, exortando os conselhos pedagógicos das escolas e agrupamentos, bem como os centros de formação de associações de escolas e outras instituições de formação inicial e contínua de docentes, a inserirem nas suas ofertas, formação centrada na

prosseção destes nobres objetivos. A Escola tem que ser um espaço de socialização, de mediação e de transformação, o que implica a promoção de uma cultura de convivência pacífica, de partilha colaborativa, dos valores da cultura da paz, dos direitos humanos, da justiça e da cidadania democrática.

São estes, aliás, os objetivos definidos no Perfil do aluno do século XXI, perfil com o qual estamos de acordo. No entanto, a Escola Pública que queremos, democrática e inclusiva, precisa de meios e não pode ser privada de recursos, como está acontecer, ideia que foi reforçada na intervenção da FENPROF.

A educação tem que extrapolar as paredes da sala de aula, derrubar fronteiras, promover relações de conhecimento, de respeito e de solidariedade.

No final do encontro, realizou-se um desfile que percorreu algumas ruas da cidade de Setúbal, terminando junto ao Monumento aos Resistentes Antifascistas, na Avenida Luísa Todi, onde teve lugar um ato público e a aprovação de uma Moção pela Paz. ●





Quadros de ilha nos Açores:

## Entre a estabilidade do Quadro de Escola e a instabilidade do contrato anual

RUI TEIXEIRA (dirigente do SPRA)

O próximo ano escolar abrirá, nos Açores, com uma novidade significativa: cerca de metade dos docentes precários terá um vínculo de trabalho estável com a Região, a maioria em quadro de ilha. Não é a solução que o Sindicato dos Professores da Região Açores defende. Tão pouco podemos considerar que há professores a mais nas escolas. No entanto, devemos reconhecer o mérito de assumir que os contratos sucessivos com a Região devem ser considerados como necessidades permanentes do sistema (ainda que correspondam a necessidades de uma ilha, e não de uma escola). Esta solução permitirá o ingresso na carreira de docentes que, ano após ano, foram cumprindo serviço no ensino público regional, sem verem o seu salário valorizado.

Em concreto, estamos a falar de professores e educadores cuja idade mínima está muito perto dos 40 anos e que têm mais de 10 anos de serviço docente, prestados ao longo de 15 anos de vida... o que só se pode explicar através das formas de emprego que caracterizam a precariedade docente. Horários incompletos, substituições temporárias, AEC e Escolas Profissionais fizeram parte da vida profissional destes colegas, frequentemente forçados a sujeitarem-se a qualquer contrato que surgisse para exercer a profissão. O adiar ter filhos, piores condições económicas e impossibilidade de acompanhar turmas fazem parte do currículo destes professores.

Numa geografia dispersa no meio do Atlântico, esta realidade faz também parte da vida de muitos docentes que estão em quadro de escola, mas afastados da ilha em que foram estabelecendo a sua vida. A incerteza de cada ano manifesta-se na afetação a uma escola na sua ilha de residência. Com esta nova tipologia de concurso, ficam agora com a possibilidade de se moverem de um quadro de escola para um quadro de ilha, ficando geograficamente afetos à sua ilha de residência. Por outro lado, abre novas opções para estabilizar a vida de muitas famílias de professores, que poderão optar por se fixar numa ilha onde podem preparar o futuro mais próximo. Devemos ter presente que, nos Açores, muitas ilhas têm apenas uma escola (5 ilhas), pelo que o quadro de ilha permitirá ainda a quem não se estabeleceu, em definitivo, numa determinada ilha, vir a fazê-lo, com estabilidade, numa das ilhas com menor população.

Como se depreende, para o SPRA, esta não é a solução ideal. Para aceitar este modelo de concursos, três requisitos foram essenciais: não desvalorização do quadro de escola, que continua a assumir-se como o único que garante estabilidade ao professor e ao sistema educativo; contributo para maior estabilização da vida pessoal e familiar, compatibilizando-a com a vida profissional; valorização dos docentes precários, garantindo um lugar estável num quadro.

A solução inicialmente apresentada era, para os docentes e para o Sindicato, inaceitável: um quadro regional, sem concurso, não só não combatia a instabilidade, como a podia aumentar e subverter a graduação profissional. Da mesma forma, a segunda solução não era adequada: quadros de zona que incluam mais de uma ilha não contribuiriam para fixar docentes numa ilha nem para reduzir a precariedade. O quadro de ilha, não sendo a solução ideal, profissionalmente, permite resolver, em parte, um problema gravíssimo de precariedade que não tinha fim à vista.

Em conversa com uma amiga, agora prestes a vincular, confessou-me que tudo isto ainda lhe parecia irreal. Esta sensação será o melhor espelho de uma profissão que devia ser acarinhada, mas que, ao invés, é, irresponsavelmente, muito maltratada pelas políticas educativas, que fizeram com que fosse cada vez menos desejável.

Nos Açores, a constituição dos quadros de ilha resultará numa maior estabilidade profissional e numa redução da precariedade docente. Contudo, muito caminho falta ainda percorrer, nomeadamente a vinculação destes colegas a um quadro de escola, aquele que é, verdadeiramente, de qualidade e que o SPRA sempre defendeu, reivindicando, nos sucessivos processos concursais, a abertura de vagas! •

## Madeira: O próximo ano letivo está aí

JACKELINE VIEIRA (membro do SN da FENPROF)

O ano letivo de 2021-2022 está aí e, com ele, continuaremos determinados na luta com vista à conquista das justas reivindicações dos docentes:

- um processo de avaliação sem desvalorizações administrativas, o que implica acabar com os percentis das menções de Muito bom e de Excelente;
- o fim das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões;
- a contagem integral do tempo de serviço para todos, independentemente de terem vinculado antes ou depois de 2011;
- medidas regionais de combate ao desgaste e ao envelhecimento dos docentes;

- possibilidade de os docentes com 60 ou mais anos de idade optarem pela isenção da componente letiva;

- o fim da precariedade, em geral, e das quebras artificiais do vínculo contratual, em especial, seja no ensino público, seja no privado ou cooperativo;

- a vinculação dos docentes com 3 contratos anuais consecutivos, independentemente do grupo disciplinar em que exerceram a atividade docente;

- medidas de combate à indisciplina;
- clarificação do regime de Pré-reforma.

### Educação pré-escolar

- um calendário letivo igual ao do 1.º ciclo;
- as reduções da componente letiva por

idade e tempo de serviço;

- horário de 22 tempos semanais de atividades letivas;

- a valorização da carreira docente dos colegas a exercer no ensino privado, cooperativo e nas IPSS.

### 1.º Ciclo

- as reduções da componente letiva por idade e tempo de serviço iguais às dos restantes setores de educação e ensino;

- um horário de 22 tempos semanais de componente letiva, como os restantes setores;

Não baixaremos os braços, porque estamos investidos da responsabilidade de, lutando por todos, conquistarmos os direitos de cada um! •

# FENPROF

a maior força nacional dos professores,  
educadores e investigadores

# FENPROF



NORTE



região centro



SPGL



SPZS



MADEIRA



região açores



SPE

- + direitos
- + força coletiva
- + unidade profissional
- + capacidade de reivindicação
- + proteção jurídica
- exploração
- precariedade
  
- + vantagens
  - 
  - + regalias sociais
  - + benefícios fiscais
  - + protocolos em todo o país

**FENPROF: a voz das tuas  
reivindicações; a força  
e a unidade que te protegem!**







# Palestina Não nos vamos calar

**HENRIQUE BORGES**  
(membro do SN  
da FENPROF)



**F**inda a Segunda Guerra Mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas, a pedido do Reino Unido, aprova em 29 de Novembro de 1947 a Resolução 181 que estabelece um Plano de Partilha da Palestina (ou, mais exatamente, daquilo que restava da Palestina, pois uma parte já havia sido separada para constituir a Transjordânia) e que vai dividir as terras da região situada na parte oriental do Vale do Jordão em dois Estados: um judeu e outro árabe, ficando as áreas de Jerusalém e Belém sob controlo internacional. Assim, de acordo com esta Resolução, 53% do território, também o mais fértil, seria atribuído aos 700 mil judeus, e os outros 47% ao mais de 1 milhão e 500 mil árabes. Egípto, Síria, Líbano e Jordânia manifestam-se abertamente contrários à proposta que a “Agência Judaica” aceita com naturalidade.

De então para cá, o povo palestino vive condenado ao que o escritor uruguaio Eduardo Galeano chamou de “humilhação perpétua”, “Não podem nem respirar sem permissão. Perderam sua pátria, suas terras, sua água, sua liberdade, seu tudo. Nem sequer têm direito a eleger seus governantes. Quando votam em quem não devem votar são castigados. Gaza está sendo castigada”... “Já resta pouca Palestina. Passo a passo, Israel está apagando-a do mapa. Os colonos invadem, e atrás deles os soldados vão corrigindo a fronteira. As balas sacralizam a pilhagem”.

Para os Palestinos a terra tem um significado muito especial, pode dizer-se que para eles a terra é tudo. Qualquer palestino tinha o seu pedaço de terra, a sua casa, a sua horta. Hoje não têm nada! Mas a terra, a casa e a horta existem... estão lá, só que do outro lado, do “lado de lá” da “fronteira”. Do “lado de cá” fica o campo de refugiados, do “lado de cá” fica a “Faixa de Gaza”, no “lado

de cá” estamos nós que não desistimos de manifestar a nossa solidariedade com um dos povos mais sofridos do mundo. Por isso insistimos e perguntamos:

- Quem confere a Israel a impunidade com que vem anexando ilegalmente os territórios palestinos?

- Quem confere a Israel o direito de massacrar impunemente todo um povo?

Como Eduardo Galeano, perguntamos também:

- A chamada “comunidade internacional” existe? É algo mais que um clube de mercadores, banqueiros e guerreiros? É algo mais que o nome artístico que os Estados Unidos da América adotam quando fazem teatro?

Nós sabemos do apoio incondicional dos Estados Unidos da América, que suportam militar e economicamente Israel e dão cobertura política e diplomática aos seus crimes.

Diante da tragédia que é viver na Faixa de Gaza, agora agravada pela pandemia da Covid-19, vai-se manifestando a hipocrisia mundial. A indiferença, os discursos ambíguos e vazios, as declarações ocas e pouco consentâneas com os valores do humanismo, vão rendendo tributo à “sagrada impunidade” de Israel.

Que tempos estes! Alguns países árabes vão “lavando as mãos” e a Europa, a “velha Europa”, tão capaz de beleza e perversidade, vai derramando uma ou outra lágrima de crocodilo e, em cumplicidade com os Estados Unidos da América, vai procurando convencer-nos que estamos perante um conflito de difícil resolução. Mas não é de um conflito ou de uma guerra que se trata, trata-se sim de um verdadeiro massacre. “O exército de Israel é dos mais modernos e sofisticados do mundo, sabe quem mata. Não mata por engano, mata por horror. As vítimas civis são chamadas

“danos colaterais”. Na Faixa de Gaza, com mais de 2 milhões de palestinos confinados a 365 Km<sup>2</sup>, em cada dez “danos colaterais”, três são crianças... os mutilados são aos milhares, vítimas da tecnologia do “esquartejamento humano” que a indústria militar vai ensaiando com êxito nesta operação de limpeza étnica.

“Se o mundo não interferir, nenhuma das partes vai terminar esta guerra. Há demasiado ódio, demasiada morte, demasiada desgraça, e a memória está demasiado viva. Trata-se de um pequeno pedaço de terra, difícil de encontrar no mapa-mundo. Uns e outros encontram-se lá todos os dias, e vivem muito perto. Quase se tocam com os cotovelos e, quer queiram ou não, veem-se. O tempo corre

e tem de trazer alguma solução. Mas o amanhã e o futuro são muito inseguros. De momento, há incertezas e disparos no ar”, escreveu Ryszard Kapuscinski

Nós que defendemos os valores da Paz, dos Direitos Humanos e o direito dos povos a decidirem o seu destino, temos que “fazer a nossa parte”, temos um contributo a dar para forçar o governo português a mudar a sua política. A desproporção entre Israel e a Palestina é uma evidência que ninguém contesta e que deveria também ser tida em conta pelo nosso governo. Mas não é o que acontece. Para o governo português, o que estipula o Artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa é letra morta, o mesmo no que respeita à Carta das Nações Unidas, também letra morta. Motivos que, em matéria de política internacional nos permitem dizer que temos um governo que nos envergonha a todos.

Como escreveu o sociólogo e investigador Ricardo Moreira no “O Jornal Económico”, no passado mês de Maio, com as posições recentemente manifestadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Português de “defesa de um país que impõe um regime de apartheid, o Governo de António Costa passa a figurar ao lado do governo de Cavaco Silva quando Portugal votou na ONU contra a condenação do regime de apartheid da África do Sul e contra a libertação de Nelson Mandela, em 1987”.

Por todo o mundo são constantes e cada vez mais numerosas as manifestações de apoio à luta do povo palestino pelo direito à paz, à sua soberania enquanto nação, ao seu inalienável direito à constituição de um Estado independente e soberano, internacionalmente reconhecido, com as fronteiras de 1967 e com capital em Jerusalém Oriental.

Vamos juntar a nossa voz! Não nos vamos calar! ●



# Educar pelo planeta

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)



A Internacional da Educação (IE) lançou recentemente a campanha “Educar pelo Planeta” (#Teach 4 the planet). Liderada por educadores e em parceria com a EARTHDAY.ORG, a campanha tem como objetivo assegurar que a educação climática se torne tão fundamental como o ensino da leitura e da escrita.

Reconhecendo o papel fulcral desempenhado pelos professores em “inspirar estudantes e comunidades inteiras a agir”, a campanha visa contribuir para a mobilização global por uma educação climática de qualidade no período que antecede a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) em Novembro de 2021.

Um dos instrumentos da campanha é o manifesto #Pelo Planeta – educação, um instrumento para combater a ameaça da crise climática, estruturado em torno de cinco eixos prioritários:

- Os governos devem assegurar a todos uma educação de qualidade sobre as alterações climáticas;

- Todos os alunos devem deixar a escola com literacia climática e dispor de competências e conhecimentos necessários para enfrentar as alterações climáticas, adaptar-se às incertezas e participar na construção de um futuro mais sustentável;

- Uma educação de qualidade sobre as alterações climáticas deve estar baseada na ciência e abordar as dimensões ética, cultural, política, social e económica das alterações climáticas;

- Os professores devem ser formados e apoiados para proporcionar uma educação de qualidade sobre as alterações climáticas;

- As escolas e os ambientes de aprendizagem devem ser transformados para apoiar uma educação de qualidade em matéria de alterações climáticas.

O manifesto foi oficialmente apresentado durante a Cimeira Global da

Educação a 21 de Abril, um evento virtual multilingue com ativistas proeminentes de todos os continentes, centrado no papel que os educadores e os seus sindicatos desempenham no combate às alterações climáticas e nas razões por que é necessária uma educação climática transformadora.

Afirmando que a educação deve catalisar a luta contra as alterações climáticas e apoiar uma transição justa para um mundo mais sustentável, nessa cimeira foram salientadas, entre outras, as seguintes questões:

- A crise climática é a maior ameaça que a humanidade e o nosso planeta enfrentam;

- Com pouco tempo para inverter o curso atual e manter as temperaturas globais abaixo de +1,5°C, a ação climática é mais urgente do que nunca;

- Os estudantes têm o direito de adquirir os conhecimentos, aptidões e atitudes necessárias para sustentar o nosso mundo para as gerações presentes e futuras;

- É tempo de nos reunirmos para construir algo mais robusto e sustentável nas nossas instituições de ensino, nas nossas comunidades e na nossa economia.

Através do Manifesto #Pelo Planeta, os educadores de todo o mundo apelam a todos os governos para que cumpram os seus compromissos com a educação para as mudanças climáticas e com a educação para o desenvolvimento sustentável, no quadro do Acordo de Paris (artigo 12) e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (objetivos 4.7, 12.8 e 13.3).

A IE (maior federação setorial mundial, de que a FENPROF é membro fundador e que representa atualmente mais de 32 milhões de profissionais da educação de todo o mundo) apela a todas as organizações membros para que se envolvam nesta campanha. Mais informação pode ser consultada em várias línguas em <https://www.teach4theplanet.org/>. Podemos começar por assinar e partilhar o manifesto. É tempo de agir porque não há Planeta B! •

<https://www.ei-ie.org/en/item/24803:education-internationals-manifesto-education-a-tool-to-fight-the-threat-of-the-climate-crisis>

<https://www.ei-ie.org/fr/item/24993:declaration-conjointe-de-la-societe-civile-sur-lambition-en-matiere-deducation-climatique>



António Guterres

## Tribuna de Imprensa

### Novo mandato

António Guterres prestou juramento pela segunda vez como Secretário Geral da ONU. Perante representantes de 193 Estados-membros, em Nova Iorque, admitiu que existem “tarefas colossais” a que o mundo deve responder unido, com destaque para a prevenção de conflitos e preparação da segurança social em caso de futuras pandemias.

Guterres sublinhou que vai servir igualmente a organização como mediador e “construtor de pontes” para um multilateralismo que quer ver reforçado.

O Secretário Geral da ONU voltou a pedir vacinas contra a covid-19 como “prioridade mundial absoluta” e defendeu um sistema socioeconómico mundial mais equitativo, solidário e igualitário e “recuperação justa, verde e sustentável”.

“Estima-se que 114 milhões de empregos foram perdidos, mais de 55 por cento da população mundial ficou sem qualquer forma de proteção social e, pela primeira vez em vinte anos, a pobreza está a aumentar, com entre 119 e 124 milhões de pessoas caídas na pobreza extrema em 2020”, declarou Guterres sobre a pandemia de covid-19, um dos mais graves desafios para a ONU em 75 anos de história.

O político e diplomata chamou a atenção para o sofrimento das mulheres em todo o mundo, que terão sido as mais afetadas nesta crise e apelou para uma maior participação dos jovens, das mulheres e sociedade civil em processos de tomada de decisão em todo o mundo, principalmente em defesa da igualdade de género.

António Guterres defendeu como prioridades para o “sistema internacional” a “prevenção e preparação” frente aos grandes desafios mundiais que são “a evolução da natureza dos conflitos e a probabilidade de futuras pandemias e outros riscos existenciais”.

As mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição ambiental são outros dos desafios globais, segundo o antigo Alto-Comissário da ONU para Refugiados, ao lado do “declínio dos direitos humanos, falta de regulamentação no ciberespaço e uma divisão digital crescente”. •

## Solidariedade com os trabalhadores da Grécia

**A** CGTP-IN enviou recentemente uma mensagem de solidariedade aos trabalhadores gregos pela greve geral que realizaram no passado dia 3 de junho. O documento foi dirigido às centrais sindicais da Grécia que lutam contra o pacote laboral que o Governo quer impor.

“O êxito da mobilização demonstra a rejeição que o pacote laboral do governo da Nova Democracia tem por parte dos trabalhadores”, destaca a CGTP-IN, que regista na mensagem enviada:

“A proposta de revisão da legislação laboral do Governo atenta contra a conquista histórica dos trabalhadores de um horário de 8 horas de trabalho diárias, aumenta os limites de horas

extraordinárias e reduz o valor a pagar, ataca os direitos à greve e à contratação coletiva, aumentando a exploração e o direito de organização e ação sindical.”

Lembrando que “a pandemia da COVID-19, que afeta todo o mundo, reforçou a exigência de que é necessário responder aos anseios e aspirações dos trabalhadores, com a salvaguarda e garantia de direitos laborais e sociais”, a Intersindical refere: “A grave situação de saúde pública tem sido pretexto para que o grande capital e os governos ao seu serviço avancem no ataque aos direitos dos trabalhadores. Degradando as condições de vida dos trabalhadores hipotecam a recuperação económica e o necessário rumo de valorização do trabalho e dos trabalhadores e o

desenvolvimento soberano dos países.”

Já na ponta final da mensagem, a Inter destaca: “Num contexto em que nunca se produziu tanta riqueza e quando a ciência e a técnica continua a evoluir, o futuro do trabalho deve ter como perspetiva a redução da jornada de trabalho, a valorização do trabalho e dos trabalhadores e o respeito pelo direito de greve, de organização e de contratação coletiva. Também em Portugal nos temos mobilizado contra o ataque aos direitos dos trabalhadores, nomeadamente no ataque à contratação coletiva e pelo aumento dos salários, luta que prossegue já no dia 21 com uma jornada nas empresas e locais de trabalho que irá prolongar-se pelas semanas seguintes. ●



### Resolução “Em Defesa da Paz no Mundo”

O Conselho Nacional da FENPROF, reunido em Lisboa a 29 de maio, aprovou por unanimidade uma resolução “Em Defesa da Paz no Mundo” que a FENPROF enviou ao Presidente da República, Primeiro-ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente da Assembleia da República. Pode ler-se nessa tomada de posição:

“Solidário com os povos que são vítimas de agressão e repressão, bem como com todos os que lutam pelo direito à autodeterminação, o Conselho Nacional da FENPROF, reunido em 29 de maio, relevando, em particular, os povos palestino e saharauí, a quem são negadas condições de vida dignas, reclama do estado Português a assunção de uma posição clara que condene toda e qualquer ação de violência, na maior parte dos casos em violação pelas normas de direito internacional e desrespeito por resoluções da ONU.” ●



### Campanha: seringas para Cuba

Em resultado do bloqueio dos EUA a Cuba os trabalhadores e o povo deste país continuam a sofrer de inúmeras carências no acesso a bens essenciais como medicamentos, equipamentos e dispositivos médicos, nomeadamente seringas. Tendo desenvolvido e estando a produzir várias vacinas próprias contra a Covid-19, Cuba não tem seringas suficientes para proceder à inoculação de toda a população, pelo que está em curso uma Campanha de Solidariedade em vários países da Europa para oferecer 10 milhões de seringas a Cuba.

A CGTP-IN junta-se à campanha impulsionada pela Associação de Amizade Portugal-Cuba e apela aos trabalhadores portugueses para que, dentro das possibilidades de cada um, possam contribuir financeiramente. ●



37.ª edição

## Jazz em Agosto na Gulbenkian

Têm a palavra: Rui Neves (Diretor Artístico) e José Pinto (Diretor Adjunto - Gulbenkian Música)



**A** John Coltrane tinha desaparecido havia pouco tempo, enquanto Cecil Taylor e Ornette Coleman estavam a dar forma ao jazz vindouro quando, em 1968, Peter Brötzmann comandou uma trupe de improvisadores nas sessões que originaram o icónico álbum Machine Gun. A música explosiva gerada em torno do saxofonista alemão abriria um novo e fundamental capítulo na genealogia do jazz, em particular naquele que se desenvolvia no continente europeu e que era alimentado por fortes referências à música erudita contemporânea.

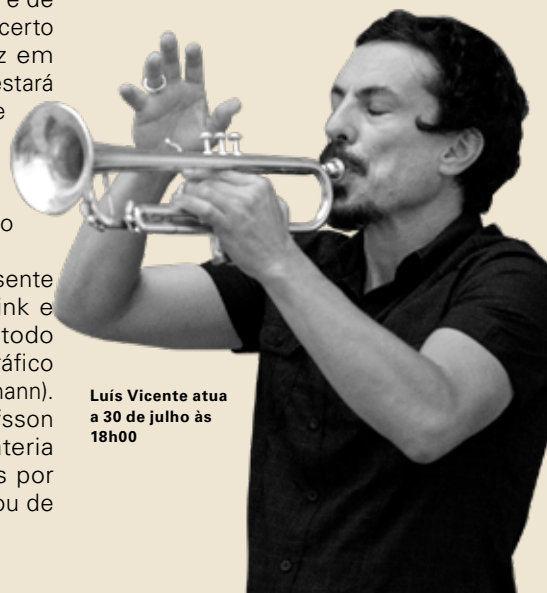
É a essa energia vital que Brötzmann se propõe regressar, ao lado de Han Bennink (também presente em Machine Gun) e de Alexander von Schlippenbach, no concerto de abertura da 37.ª edição do Jazz em Agosto. Mas aquilo que escutaremos estará longe de representar qualquer gesto de nostalgia, uma vez que, passadas cinco décadas, a música criada por estes incansáveis músicos continua a vibrar a corda da vertigem e da sofreguidão que só o presente pode conter.

É essa contínua invenção do presente que devemos a Brötzmann, Bennink e Schlippenbach, e que contamina todo este Jazz em Agosto (cujo design gráfico é igualmente assinado por Peter Brötzmann). Através dos projetos de Mats Gustafsson (Fire! e The End), dos solos de bateria porosos à eletrónica e assegurados por Gabriel Ferrandini e Katharina Ernst ou de

trompete por Luís Vicente, mas também dos frequentes concertos que navegarão por águas comuns ao jazz de vistas largas e às mais variadas declinações do imaginário rock, não rareiam exemplos de como a liberdade inaugurada por Machine Gun foi assumida como um valor primordial para toda a música que se seguiu no espaço do continente europeu.

Num ano em que procuramos ainda uma forma de recuperar a normalidade nas nossas vidas, o Jazz em Agosto assume um compromisso de reforço da presença de projetos portugueses, com a satisfação de os ver ombrear com os mais inventivos grupos a operar no Velho Continente. E retoma a sua vocação natural de tomar o pulso ao jazz que hoje se faz e que não se conforma em repetir o passado. Aqui, queremos continuar a ver a História a acontecer. •

**+ INFO** <https://gulbenkian.pt/jazzemagosto/en/>



Luís Vicente atua a 30 de julho às 18h00

### Serviço Educativo da Casa da Música

Privilegiar o contacto com as comunidades mais desprotegidas, dando-lhes a oportunidade de se expressarem através da prática artística; promover formações que atendam às necessidades de professores, músicos e público especializado; associar um grande número de grupos escolares aos espetáculos e oficinas; e desenvolver projetos com diversas comunidades, tendo como objetivos a criação musical e o gosto pela música – estes são alguns dos objetivos centrais do Serviço Educativo da Casa da Música, no Porto. •

**+ INFO** <https://info.casadamusica.com/servico-educativo-2020-2021>

### Música

**"Alamedas de Abril": contributo de Manuel Nobre para um mundo melhor**



Só quem não conhece o seu trabalho na música poderá ficar surpreendido com este álbum **Alamedas de Abril**, fruto do

talento de Manuel Nobre que recolheu contributos de velhos e novos amigos, que a esperança, a música, a arte, a necessidade de intervir no mundo uniu para que juntos, pudessem trazer até nós um álbum pleno de novidade, irreverência e fraternidade.

Manuel Nobre traz consigo sonoridades que vão desde o cante alentejano à bossa nova, do pop ao reggae, do soul à música popular, envolvendo-as entre si, ao que se juntam vozes que exaltam as Alamedas de Abril e os poemas que trazem consigo, vozes do Alentejo, da Galiza ou do Brasil, vozes quentes, claras e doces, vozes coletivas, fazendo deste disco uma festa da unidade de todos os que celebram a Liberdade.

Em redor deste sonho, do contributo que a música e a poesia podem oferecer à esperança e à construção de um mundo mais justo, somam-se participações de inegável e reconhecidos talentos do mundo artístico nacional. Para aguçarmos curiosidades podemos referir (a título de exemplo) letras de Manuel da Fonseca, Manuel Rodrigues, Urbano Tavares Rodrigues, José Gomes Ferreira, Ary dos Santos, Laíns de Ourém, entre outros, as vozes de Ildefonso Godinho, Rui Gomes, Uxía, Luanda Cozetti, Celina da Piedade, Fernando Pardal, Paulo Ribeiro, Miguel Encarnação, Telmo Narciso, Sérgio Fidalgo ou Carolina Moreira acompanhadas com maestria pelos músicos Jorge Moniz, Vitor Guerreiro, Manuel Rocha, João Cataluna, Pedro Mestre, Hugo Bentes, Armando Torrão, Artur Silva, Sérgio Fidalgo, Paulo Cascalheira, Paulino Godinho e Rui Porto.

Este trabalho pode ser descoberto nas principais plataformas digitais e adquirido, enviando mensagem, através da página "alamedas de abril" no facebook e instagram. •



**PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS**  
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO SOB SIGILO DE PÓS-PAZ PARA VERIFICAÇÃO POSTAL



**FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA**

## Foi com luta que os professores conseguiram

- Passar a receber salário nas férias (1973)
- A maior revalorização material de sempre (1974/75)
- A equiparação à carreira técnica superior (1986)
- Criar quadros intermédios para vinculação e ingresso na carreira (1988)
- Aprovar o Estatuto da Carreira Docente (1989/90)
- Derrubar a Prova de Candidatura ao 8.º Escalão (1995/96)
- Recuperar todo o tempo de serviço cumprido para efeitos de carreira (1998/99)
- Revalorizar a carreira docente (1998)
- Ter direito a receber subsídio de desemprego (2000)
- Acabar com a divisão da carreira em professores titulares e não titulares (2009)
- Que milhares de docentes deixassem de estar com “horário-zero” e de cair designada “requalificação” (2013)
- Eliminar a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades – PACC (2015)
- Pôr fim às Bolsas de Contratação de Escola – BCE (2016)
- Repor o valor integral dos salários e acabar com o congelamento da carreira (2018)
- Recuperar parte do tempo de serviço congelado e, nas regiões autónomas, estar já a recuperar a totalidade (2019)

## Será com luta que os professores

**Irão quebrar o bloqueio negocial imposto pelo Ministério da Educação!**

**Irão quebrar a pesporrência de Tiago Brandão Rodrigues, que põe em causa aspetos elementares da democracia, como o diálogo social e a negociação coletiva!**

## Será com luta que os professores conseguirão

Recuperar todo o seu tempo de serviço; eliminar as vagas na progressão e as quotas na avaliação; pôr fim às ultrapassagens e à discriminação! Ter acesso à pré-reforma e a um regime específico de aposentação! Pôr termo à precariedade e garantir concursos justos (impedindo a colocação por fotografia...)! Horários adequados e legais! Melhores Condições de Trabalho! Recuperar a Gestão Democrática! Reverter o processo de Municipalização!

**O tempo é de resistir e não de desistir. O tempo é de lutar e não de cruzar os braços!**

**O tempo continua a ser dos Professores e dos seus Sindicatos representativos!**